

Universidade Federal de Uberlândia

Faculdade de Direito Profº Jacy de Assis

Marco Túlio da Silva

A Promoção da Pessoa com Deficiência: algumas considerações histórico-jurídicas sobre a constitucionalização do Direito Civil à luz da Luta Antimanicomial

Trabalho de Conclusão de curso apresentada à Faculdade de Direito Profº Jacy de Assis como requisito para a obtenção do título de Graduado em Direito. Prof. Orientador: Fernando Rodrigues Martins.

Uberlândia (MG) – 2024

Universidade Federal de Uberlândia

Faculdade de Direito Profº Jacy de Assis

Marco Túlio da Silva

A Promoção da Pessoa com Deficiência: algumas considerações histórico-
jurídicas sobre a constitucionalização do Direito Civil à luz da Luta
Antimanicomial

Uberlândia (MG) – 2024

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S586 2024	<p>Silva, Marco Tulio da, 1995- A promoção da Pessoa com Deficiência [recurso eletrônico] : Algumas considerações histórico-jurídicas sobre a constitucionalização do Direito Civil à luz da Luta Antimanicomial / Marco Tulio da Silva. - 2024.</p> <p>Orientador: Fernando Rodrigues Martins . Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Uberlândia, Graduação em Direito. Modo de acesso: Internet. Inclui bibliografia. Inclui ilustrações.</p> <p>1. Direito. I. , Fernando Rodrigues Martins, 1964-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Graduação em Direito. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 340</p>
--------------	--

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

Sumário

Introdução – Em busca da dignidade perdida: Poder, Constituição e Loucura	5
Será tudo isso uma questão de Poder? Como fica o Estado diante deste Sanatório Geral que é a sociedade?	7
Estados Periféricos: o Brasil e o tema da colonialidade	17
Uberlândia e o Progresso: a construção do discurso de uma “Cidade-Jardim”	19
1.1 – O Progresso gera consenso: a Estação da Mogiana como passaporte para o futuro	21
1.2 – “Não verás cidade alguma”: os miseráveis e a cidade moderna.....	27
1.3 – “Por acaso eu não sou um cidadão?”: Elementos raciais da cidade e suas contradições	39
O Sanatório Espírita de Uberlândia: breves considerações sobre o histórico de criação, perfis e sujeitos enclausurados	66
À guisa de conclusão: o Direito Civil constitucional e proteção dos mais vulneráveis. Considerações acerca da Dignidade da Pessoa Humana	72
Referências Bibliográficas.....	77

Introdução – Em busca da dignidade perdida: Poder, Constituição e Loucura

A questão da Loucura na Modernidade (e na própria contemporaneidade), é tema de aprofundados estudos e paira sobre o imaginário social como um dilema. O que é ser louco? O que define a loucura? Existiria parâmetros objetivos para se designar uma pessoa como louco? A loucura é apenas uma construção social? Qual o lugar do louco no corpo social, dentro ou fora dele? São diversos os questionamentos que apontam para a percepção da nossa própria sociedade, da definição de normalidade e de loucura.

Ganha relevado destaque o tema da loucura quando o pensamos inserido num contexto dos Estados Democráticos de Direito surgidos principalmente na segunda metade do século XX. O Estado Democrático que em essência busca proteger as individualidades e promover a dignidade da pessoa humana tem encontrado imensos entraves quando se fala do cuidado dispensado àqueles cidadãos considerados loucos.

Alguns teóricos não apenas restritos ao estudo das relações jurídicas, mas de outros campos do saber (como a Filosofia, a Sociologia, a História, a Psicologia, a Psiquiatria, etc) têm envidado esforços no debate sobre o tema. O presente trabalho visa apresentar um breve esboço histórico sobre o tema da loucura em nossa sociedade contemporânea. Através de uma leitura interdisciplinar que tenta englobar os diversos prismas da questão abordada pelos campos do conhecimento citados acima, é que a presente pesquisa visa discutir o lugar do louco na nossa sociedade atual, sob um viés Constitucional e Civilista.

Para isso, através de um estudo de caso em específico, analisando o contexto de criação e operacionalização do Sanatório Espírita de Uberlândia, é que se objetiva pensar a guinada constitucional que as normas jurídicas brasileiras tiveram, principalmente tendo o Estatuto da Pessoa com Deficiência como um ponto alto da análise e da produção legislativa pátria. Busca-se, neste trabalho, fazer uma breve demonstração de como era o tratamento dispensado ao louco na sociedade uberlandense da segunda metade do século XX e como este tratamento é dispensado aos doentes mentais após o édito do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Num primeiro momento, se tentará fazer um esboço dos debates teóricos acerca da questão da loucura. Neste ponto, tentaremos elucidar as principais vertentes teóricas que tratam da questão da loucura como um fenômeno social imiscuído em relações muito claras de Poder. Num segundo momento, se buscará fazer uma breve análise da trajetória

da cidade de Uberlândia (MG), tentando pinçar elementos que comprovam ou não as principais abordagens teóricas sobre o tema. Sob este prisma, objetiva-se fazer uma breve explanação sobre o antigo Sanatório Espírita de Uberlândia que funcionou na cidade durante os anos 1940 a 1990. Se buscará fazer uma análise bastante ligeira sobre os principais perfis de internos da instituição, tendo como objeto de análise cerca de 900 prontuários de ex-internos da instituição asilar.

Por fim, ainda no plano histórico, se buscará retomar algumas das bandeiras levantadas pelos adeptos da Luta Antimanicomial que culminou na criação de Estatutos que visavam, na década de 1990-2000 a proteção especial de alguns grupos sociais mais vulneráveis. Com isso, o plano do presente trabalho é fazer uma abordagem inicial mais teórica sobre o tema, seguindo para a análise mais empírica daquelas abordagens teóricas, tendo um estudo de caso bastante significativo. E por fim, através das inovações legislativas, apresentar um panorama de como a questão da loucura e do louco são tratados no nosso cotidiano.

Confirmadas ou não as premissas aqui expostas, a presente pesquisa é apenas um dos variados caminhos abertos por uma pesquisa levada a termo no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. Como aluno egresso do referido Programa, sempre tentei estabelecer conexões entre a História e Direito. Em ocasião da produção da minha Dissertação de Mestrado, alguns pontos ficaram abertos para uma análise futura. Um dos recortes possíveis da referida pesquisa tem se dado no campo do Direito Penal, em específico da Criminologia. No entanto, sempre quis abordar, enquanto pesquisador, o tema sob um viés civilista, campo jurídico este tão marcado pelo patrimonialismo, mas também, numa vertente pós-moderna, marcado pela proteção da dignidade da pessoa humana.

Assim, mesclando História, Direito, Filosofia, Sociologia e outros campos do saber, é que pretendo acrescentar nos debates acerca da questão da loucura, do Direito Civil enquanto campo jurídico constitucionalizado, primando pela promoção das garantias individuais. A Introdução de um trabalho é sempre uma carta de intenções. Ao final, na Conclusão, é que se faz um balanço se as metas aqui traçadas foram alcançadas com sucesso ou não. Se forem, terei cumprido o meu papel enquanto pesquisador. Se não, mesmo assim o terei cumprido, uma vez que a atividade de pesquisa é também deixar lacunas para que os outros pesquisadores que vierem após a mim possam preenchê-las

deixando outras lacunas maiores para as gerações futuras. É este o grande desafio da Universidade livre, pública, gratuita e de qualidade.

Será tudo isso uma questão de Poder? Como fica o Estado diante deste Sanatório Geral que é a sociedade?

A questão da Loucura na Idade Moderna ampara uma série de debates e estudos que buscam a sua total compreensão. Quando pensada sob um viés histórico nota-se os variados tratamentos que as sociedades dispensaram ao louco e ao seu lugar no corpo social. Quando pensada sob um viés Filosófico o grande paradigma existente entre anormalidade e normalidade sociais ganha relevo. Sob o viés Jurídico/Estatual, que como sistema de saber e práticas sociais segue referências históricas, filosóficas, dentre outras, a figura do louco ora vai ser elemento a ser segregado do corpo social, ora inserido, através das próprias normas jurídicas.

Foi Michel Foucault quem melhor abordou a questão da loucura, trazendo para dentro de sua análise abordagens históricas, sociais, filosóficas e até mesmo jurídico-políticas. Em sua *História da Loucura na Idade Clássica*, o filósofo francês produz uma acurada análise histórico-social sobre o tema da loucura, evidenciando desenvolvimentos que a sociedade ocidental moderna produziu referente ao tratamento do louco e seu lugar no corpo social. Segundo palavras do autor:

“Poder-se-ia acreditar que há nisso apenas uma certa lógica própria do internamento dos loucos, na medida em que escapa a todo controle médico: ele se transforma, então, necessariamente, numa fatalidade administrativa, pois não são apenas as estruturas e as organizações que estão implicadas, mas a consciência que se tem da loucura. É ela que sofre uma defasagem e não mais consegue apreender um asilo de insanos como sendo um hospital, porém, no máximo, como uma casa de correição”.¹

¹ FOUCAULT, Michel. *História da loucura na Idade Clássica*. Tradução José Teixeira Coelho Neto; revisão da tradução Newton Cunha; apresentação Vladimir Safatle - 12ª ed. - São Paulo: Perspectiva; 2019. (Coleção Estudos, coordenação J. Guinsburg).

A figura do louco na sociedade Moderna entrará em conflito, segundo as concepções filosóficas de Foucault, com um ideário de sociedade civilizada nascida a partir das Revoluções Burguesas do século XVIII. Após conseguir chegar ao Poder Político, a burguesia europeia utiliza-se de mecanismos, principalmente legislativos, para pôr em prática o seu modelo de sociedade voltada ao acúmulo massivo de Capital.

A Sociedade da Corte, marcada por simbolismos e por claras distinções sociais abre espaço para praticidade burguesa, na qual ser moderno significava a defesa do pensamento científico, cujo o Humanismo pregava a ideia de que o ser humano figuraria como ser supremo, contrário à ideia religiosa que sustentava a nobreza em seu lugar de Poder nos Estados Monárquicos².

Conforme exposto de forma brilhante pelo historiador Eric Hobsbawn, a partir do século XVIII veremos despontar, na sociedade ocidental, o que o historiador chama de *A Era das Revoluções*. A Revolução Francesa, a Norte Americana, as Revoluções Gloriosa e Puritana na Inglaterra (embora no século XVII), a grande Revolução Industrial inglesa. O que se tem a partir dessas Revoluções, que em regra geral marca o domínio da Burguesia do Poder Político, é uma gestão categórica dos corpos dentro do ambiente social através do Direito, ou melhor, utilizando-se do Estado.

Diversos autores de vertente marxista, dentre eles Louis Althusser, já denunciavam que a burguesia criou para a manutenção de seu poder, alguns aparelhos ideológicos do Estado, vocacionados exclusivamente a aplicarem na massa populacional, os seus objetivos e interesses de classe. Sob a perspectiva althusseriana, a Escola, as Igrejas, as Mídias, as Prisões, etc, foram instituições criadas com o fito de estabelecer na prática o poder de uma classe, a classe Burguesa, sobre as demais classes.

O Estado, deste ponto de vista, aparece apenas como um mecanismo de dominação de classe, utilizado para, por meio do formalismo jurídico, fornecer um status de legalidade aos interesses de classe daqueles com maior poder financeiro. Em toda a literatura marxiana, é preciso pontuar, há uma análise voltada a essa perspectiva do devir histórico. O chamado *materialismo histórico* criado por Karl Marx e Friederich Engels, se sustenta na ideia de que o telos histórico se dá através das necessidades materiais dos

² SKINNER. Quentin. “**As fundações do pensamento político moderno**”. – São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 1ª ed. 8ª reim.

homens e mulheres, que produzem a história sem a consciência de sua importância nesta produção.

Em importante trabalho, aliás, E. P. Thompson analisa como a sociedade burguesa foi recriando no dia a dia novas dinâmicas de poder. Tais dinâmicas, influenciadas essencialmente pelas necessidades da classe burguesa durante o processo revolucionário industrial, culminou numa noção muito bem definida de cultura popular, de obediência, de civilidade, de respeito às autoridades constituídas, em suma, do Estado/sociedade tal qual eles são.

Nessa importante análise de Thompson, é interessante a sua narrativa ao abordar os usos históricos que a sociedade inglesa operária fazia do relógio. Nos anos primevos da Revolução Industrial, num tempo ainda marcado pela prevalência religiosa, o historiador demonstra que o único relógio visível nas cidades era o relógio da Igreja. Neste momento, Clero, Burguesia e o Poder Político detinham uma certa simbiose de interesses, a noção de tempo era fornecida pela Igreja através de seus sinos. O primeiro sino do dia marcava a hora do desjejum. O segundo, a ida ao trabalho. O terceiro e quarto a saída e retorno para o almoço. O quinto, a saída para o jantar. O sexto, o fim do dia de trabalho.

Ainda segundo o historiador britânico, à medida que o relógio se torna um utensílio de distinção social, os patrões donos das fábricas presenteiam aqueles funcionários mais produtivos com o extraordinário utensílio. Estamos a falar do relógio de algibeira, exposto em público como forma de distinção social. Na esteira do movimento revolucionário industrial, ficava cada vez mais oneroso para a classe trabalhadora parar para analisar as horas: nascia neste momento os relógios de pulso. Nas palavras do autor.

“O pequeno instrumento que regulava os novos ritmos da vida industrial era ao mesmo tempo uma das mais urgentes dentre as novas necessidades que o capitalismo industrial exigia para impulsionar o seu avanço. Um relógio não era apenas útil, conferia prestígio ao seu dono, e um homem podia se dispor a fazer economia para comprar um. Havia várias fontes, várias oportunidades. Durante

décadas, uma série de relógios bons, mas baratos passou das mãos do batedor de carteira para o receptor, a casa de penhores, a taverna”.³

Saliento e esmiúço essa passagem do livro de Thompson para em verdade falar que essas relações materiais (o uso do relógio, sua distinção social e depois sua necessidade) formam no fundo novas percepções de tempo. Ao final da Revolução Industrial, segundo Thompson, teremos forjada a célebre frase: “Tempo é dinheiro”. Essa frase, tão corriqueira em nossos dias, na prática forneceu para a sociedade britânica uma clara noção de cultura. A Igreja Metodista, nascida no bojo da Revolução Industrial, terá como fundamento central uma vida metódica, vocacionada ao trabalho, uma vida não aberta ao ócio e à vadiagem. A ética do trabalho nasce a partir da cultura, da moral, visando obedecer aos interesses daqueles que mais lucravam com a Revolução Industrial: os donos do Capital, dos meios de produção.

Neste sentido, religião e moral circunscrevem os limites de uma determinada cultura. Ser vadio, ou melhor, não ter um trabalho fixo, se dar ao ócio, era uma clara afronta à moral e aos bons costumes sociais. Rapidamente a própria sociedade, por meio de seu sistema normativo, cria formas de coibir a prática da vadiagem, da ociosidade, da mendicância nos espaços públicos.

Retornando a Michel Foucault, o autor diz que a sociedade moderna e burguesa, dominante do ponto de vista político e econômico, utilizando-se do seu domínio do saber científico, cria *discursos* com o objetivo de formar o que ele chama de *corpos dóceis*. Através do saber (dos mais variados campos do conhecimento, e aqui ganha relevo os saberes médico e psicológico) a classe dominante imprime novas formas de poder. Por isso para Michel Foucault o saber não poderia ser dissociado de poder. Para ele, haveríamos sempre de falar em saber/poder.

“As práticas judiciárias - a maneira pela qual, entre os homens, se arbitram os danos e as responsabilidades, o modo pelo qual, na história do Ocidente, se concebeu e se definiu a maneira como os homens podiam ser julgados em função dos erros que haviam cometido, a maneira como se impôs a determinados

³ THOMPSON, E.P. “**Costumes em comum**”. Revisão técnica: Antônio Negro, Cristina Meneguelio, Paulo Fontes. São Paulo - Companhia das Letras, 1998.

indivíduos a reparação de algumas de suas ações e a punição de outras, todas essas regras ou, se quiserem, todas essas práticas regulares, é claro, mas também modificadas sem cessar através da história - me parecem uma das formas pelas quais nossa sociedade definiu tipos de subjetividade, formas de saber e, por conseguinte, relações entre o homem e a verdade que merecem ser estudadas”⁴.

A própria noção de verdade como necessitando passar por verificações, críticas e validações, isto é, a verdade científica, vai sendo consolidada na Idade Moderna. Alguns sujeitos terão mais direito e autoridade para falar no meio social e as suas verdades são impostas ao todo social. A verdade científica, ou melhor, o saber científico é o apanágio da Modernidade. O saber científico, vide, a Psicologia, a Psiquiatria, o Direito positivado, passam a ter prevalência num mundo racionalizado.

A racionalidade burguesa, neste sentido, inaugurou uma nova forma de poder. Não mais o saber bíblico, monopolizado pelos padres e recheado de misticismos. Mas sim, o saber científico, com um ethos de verdade, uma verdade verificada e posta à extrema crítica por pares. Esse saber científico inaugura formas de poder, porque manipula, forja discursos que têm o poder de aprisionar ou libertar corpos, tem o poder enfim, de forjar subjetividades.

Aloco aqui o Direito, retomando os ensinamentos de Hans Kelsen. Talvez um dos mais importantes filósofos do Direito, Kelsen foi em essência o intelectual que defendeu a ideia de que o Direito, a norma válida, deveria ser “recheada” de ciência. Os mecanismos para a formação da norma válida, em Kelsen, deveriam respeitar aos ditames constitucionais, ou seja, ser criada por um poder legitimado para tal, visando normatizar a vida em sociedade. Estamos a falar do Positivismo Jurídico.

Essa racionalidade do saber não se circunscreve apenas ao Direito. O saber historiográfico também vai se embebedar do positivismo científico. O Historicismo alemão, na pessoa de Leopold von Ranke visava estabelecer critérios científicos para se alocar a História dentro dos critérios de verdade. A noção de verdade histórica, hoje tão rechaçada pelos historiadores profissionais, tentava a uma só vez eleger aquela história

⁴ FOUCAULT, Michel. “A verdade e as formas jurídicas”. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais, supervisão final do texto Léa Porto de Abreu Novaes. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005. p 10.

verdadeira, diferenciando-a da história falsa, quase sempre a que negava os interesses da burguesia.

Do mesmo modo acontece com a Sociologia, que nasce em Auguste Comte com uma vontade de explicar a sociedade cientificamente. A Psicologia também, como área do conhecimento, que visava pensar a *psiqué* humana dentro de critérios científicos. A Biologia, que conheceu em Charles Darwin o ápice do cientificismo, quando o biólogo criou a Teoria *Evolucionista* para explicar a origem da vida na Terra.

Mas focando apenas na área específica das Ciências Jurídicas, a partir do século XVIII o Direito vai se tornar para a burguesia um instrumento de aplicação do seu poder. O Estado, detentor do monopólio do uso da força, ser supremo das relações humanas, movido através das relações jurídicas que nasciam do fazer político, é o foco principal da classe burguesa. Há a produção, neste sentido, de sistemas de saber, cada um vocacionado a produzir conhecimento e, portanto, verdades, sobre as suas áreas de atuação.

Há o sistema jurídico, o sistema político, o sistema sociológico, o sistema psicológico, o sistema médico, etc. Alguns teóricos da área do Direito sustentam que o sistema jurídico é o mais valioso deles, pois dita as regras que normatizam a vida em comum, a vida no interior do Estado. A *Teoria dos Sistemas* foi muito bem esboçada por Niklas Luhmann. Dedicando-se a analisar a gênese do Poder, Luhmann assim nos ensina:

“Para isto é necessário um desvio por negações, que faz certas exigências ao código do poder. Se o poder deve gerar uma combinação de alternativas escolhidas e existem outras possibilidades em jogo, a probabilidade desta combinação só pode ser garantida por uma coordenação paralela de exclusão de alternativas. O poder pressupõe que ambos os parceiros veem alternativas cuja realização gostariam de evitar. É necessário, pois, que, de ambos os lados, haja, além de mera maioria de possibilidades, uma ordem de preferências que, do ponto de vista de uma validação mais positiva ou mais negativa, seja esquematizada e evidente para a outra parte. Com este pressuposto pode-se estabelecer uma combinação hipotética das alternativas a evitar de ambos os lados – do modo mais simples, por ameaças e sanções, que o próprio poderoso preferiria evitar: ‘Se não fazes isto, bato em ti’”.⁵

⁵ LUHMANN, Niklas. “**Poder**” Trad. Martine Creusot de Rezende Martins. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1985. Coleção Pensamento Político. p. 18.

Corremos o risco de resumir em demasia os pressupostos filosóficos de Luhmann, mas em caráter geral, dentro da sua *Teoria dos Sistemas* o Direito seria autorreferencial. Para usar uma expressão original do autor, o Direito seria *autopoietico*, por possuir todos os mecanismos de criação, formulação, validade e aplicação das normas jurídicas. Óbvio que o Direito se serve de outros sistemas para se referenciar, tais como o sistema histórico ou o sistema político.

O sistema histórico tem as suas autorreferências e critérios de validade, assim como os sistemas político, econômico, biológico, etc. Para Luhmann tais subsistemas, externos ao Direito, estabelecem entre si *comunicações*. Quando tais subsistemas detêm entre si comunicações conflitantes, estamos a falar de “ranhuras” entre os sistemas. “Uma sociedade torna-se moderna na medida em que atinge um alto grau de complexidade, contingência e abertura para o futuro”⁶. A sociedade moderna é marcada pela complexidade desses sistemas, por sua coexistência.

Ao analisar a Teoria dos Sistemas de Luhmann visando produzir uma análise constitucional das comunidades periféricas como é o caso do Brasil, Marcelo Neves diz que a positivação do Direito experimentou várias fases. Uma primeira burguesa voltada à proteção dos interesses de classe, outra pós-moderna, voltada à proteção dos Direitos Individuais e Coletivos. Nas palavras do autor:

“O aumento do número de temas juridificáveis em consequência da positivação do direito levanta a questão sobre a relação entre este processo histórico e a juridificação da sociedade. Compreendido ‘para fora’ como expansão do direito e ‘para dentro’ como seu detalhamento e especialização (condensação), a juridificação é classificada em três tipos básicos: legalização, burocratização e justicialização. Os efeitos juridificantes sobre a sociedade são, por um lado, avaliados negativamente (alienação, burocratização, ‘colonização do mundo da vida’), por outro, positivamente (garantia da liberdade e do status)”⁷.

⁶ NEVES, Marcelo. “**Constituição e direito na modernidade periférica: uma abordagem teórica e uma interpretação do caso brasileiro**”. Trad. Antônio Luz Costa. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018 – Biblioteca Jurídica WMF. P. 14.

⁷ Idem. P. 36.

A positivação do Direito, ou melhor, a sua racionalização, também é fruto de um amplo e caudaloso processo histórico. Era necessário que fossem produzidos uma série de códigos, normas e regras específicas para que o Direito tivesse a sua validade enquanto instrumento normatizador da vida social.

Alguns autores de vertente marxista entenderão essa positivação do Direito como um elemento de dominação de classes. Sobretudo em Louis Althusser, em seu famoso livro intitulado *Os aparelhos ideológicos do Estado*⁸, se verá uma crítica contundente às instituições criadas durante a Modernidade para a consolidação dos interesses da classe burguesa.

Sob outro viés, agora de cunho sociológico, Norbert Elias nos oferece uma leitura bastante acurada do que ele chama de *O processo civilizador*. Ao estabelecer uma comparação entre a Sociedade de Corte e a nova sociedade da Ordem Burguesa o sociólogo vai afirmar, em linhas gerais, que aquela sociedade era uma sociedade de extrema vigilância e controle das pulsões humanas. Os nobres se autovigiavam, criando uma imagem de si social construída visando obedecer a critérios de civilidade. Chama a atenção, quando analisamos a vida cotidiana do *Anciën Régime* a quantidade de regras de etiqueta, o tempo que era gasto para postar-se em público.

Por outro lado, segundo ainda Norbert Elias, no fundo a “burguesia invejava a nobreza”, uma vez que tentou criar códigos de convivência social muito parecidos com os da nobreza, embora muito mais prático, azeitado com a vida utilitarista que a nova ordem econômica capitalista exigia.

Em suma, produzo essas breves digressões teóricas para afirmar que a Modernidade vai ser gerida através do domínio da classe burguesa e organizará como os corpos deverão fluir dentro do espaço social. Ser pândego, não ter boas posturas, ser um vadio avesso ao trabalho, ou melhor, não ser produtivo, era um dos grandes dilemas dos homens modernos da virada do século XVIII para o XIX. Haverá uma grande preocupação com o domínio dos corpos na Modernidade. Aliás, retomando novamente Michel Foucault, tal dominação recairá inclusive sobre a sexualidade das gentes.

⁸ ALTHUSSER, Louis. “**Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**”. Editorial Presença, Martins Fontes. 3ª ed. 1975.

“Ao se formar um monopólio de força, criam-se espaços sociais que normalmente estão livres de atos de violência. As pressões que atuam sobre as pessoas nestes espaços são diferentes das que existiam antes. Formas de violência não física que sempre existiram, mas que até então sempre estiveram misturadas ou fundidas com a força física são agora separadas destas últimas. A monopolização dos meios de produção, dos meios econômicos, é uma das poucas que se destacam quando os meios de violência física se tornam monopolizados, quando, em outras palavras, na sociedade mais pacificada do Estado, o livre uso da força física por aqueles que são fisicamente mais fortes deixa de ser permitido”⁹.

A homossexualidade, diante da necessidade da Burguesia por mão de obra barata (e preferencialmente infantil), tornou-se exceção num mundo antes falocêntrico. Na Inglaterra por exemplo, é cediço reconhecer que até a segunda metade do século XX a homossexualidade era vista como um crime, passível de sanção penal pelo Estado. O Poder do Estado, em linhas bastante resumidas, recai sobre os corpos dos sujeitos, sempre tensionando produzir o que Foucault chama de *corpos dóceis*.

Como o Estado produz tais corpos? Através de novas instituições legitimadas pelo Direito. O Direito passa a ser um instrumento legitimador, por isso a necessidade de sua racionalização. Erving Goffman dedica seus estudos enquanto psiquiatra a basicamente três destas instituições criadas na Modernidade: *as prisões, os manicômios e os conventos*. Produzindo uma análise de psicologia social, o autor faz uma minuciosa tese sobre os diversos regulamentos produzidos no interior destas instituições todos com o intuito de realizar o abrandamento das pulsões humanas, a cristalização de um Poder Institucional que recai sobre o indivíduo. Estamos a falar, nas palavras de Goffman, dos *corpos institucionalizados*.

No tecido social há, portanto, a criação de padrões de normalidade e de anormalidade. Os normais só o são assim considerados ao seguir as regras gerais impostas pela sociedade. O padrão de civilidade imprime nestes corpos certas normas de conduta

⁹ ELIAS. Norbert. “**O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização**”. Tradução Ruy Jungman; revisão e apresentação: Renato Janine Ribeiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1994. Vol. 2. p. 183.

que devem ser seguidas, em respeito à ordem burguesa imposta. Já aqueles considerados anormais são, em linhas gerais, os desviantes, os que teimam em não seguir um certo tipo de padrão imposto pela maioria da sociedade. Os anormais são, institucionalmente, excluídos do convívio social.

Ao tratar sobre o tema do *estigma*, Erving Goffman vai nos ensinar que a sociedade moderna precisa de constantemente criar marcas naqueles cidadãos desviantes, os considerados anormais. Essas marcas podem se dar na sua forma física, imprimindo visualmente uma marca reputada ao sujeito. Ou pode ser, também, uma marca de cunho moral. As prostitutas, os ébrios contumazes, os vadios, enfim, toda uma ordem de sujeitos reprováveis segundo a norma geral, são excluídos do corpo social e inseridos em instituições correcionais. Nas palavras de Goffman:

“As atitudes que nós, normais, temos com uma pessoa com um estigma, e os atos que empreendemos em relação a ela são bem conhecidos na medida em que são as respostas que a ação social benevolente tenta suavizar e melhorar. Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminação, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida. Construimos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes a sua animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social. Utilizamos termos específicos de estigma como aleijado, bastardo, retardado, em nosso discurso diário como fonte de metáfora e representação, de maneira característica, sem pensar no seu significado original”¹⁰.

Tais posicionamentos ganham relevado destaque quando pensamos a realidade brasileira. Um país miscigenado, mas marcado por desigualdades históricas como as de raça, de gênero, de cunho econômico e educacional. Um país que, na esteira histórica do constitucionalismo ocidental encontra-se num lugar periférico.

Sobre este ponto, inserindo o Brasil na discussão até aqui empreendida, creio ser necessário fazer algumas breves considerações sobre um tema que tem cada vez mais

¹⁰ GOFFMAN, Erving. “**Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**”. 4ª ed. Rio de Janeiro, 1993. Ed. Guanabara. P. 11.

repercutido no meio acadêmico, sobretudo nos campos da História, Sociologia e Direito: o colonialismo e suas implicações na contemporaneidade; a questão da decolonialidade.

Estados Periféricos: o Brasil e o tema da colonialidade

A questão da Modernidade, principalmente se pensada do ponto de vista contemporâneo segundo uma vertente decolonial, legou ao mundo, fundamentalmente aos países em desenvolvimento, práticas, pensamentos, ciências e ideologias que conformaram desigualdades e retrocessos nunca antes visto na história. “A Modernidade é uma narrativa complexa, cujo ponto de origem foi a Europa, uma narrativa que constrói a civilização ocidental ao celebrar as suas conquistas”¹¹.

A Modernidade, além de uma periodização, em sua essência um conceito, traduz a ideia de uma nova conformação da ordem global. O Estado Moderno, e com ele suas instituições; o *Renascimento*, e com ele a alocação do homem na centralidade do mundo; o *método cartesiano* e com sua filosofia da especialização dos saberes o surgimento de novas ciências, enfim, tudo isso conforma um “caldo” do que é ser Moderno. A Modernidade, portanto, e partiremos dessa perspectiva, é o fim último a que a sociedade do século XVIII (e por extensão a nossa sociedade contemporânea) almejou chegar.

A respeito da Modernidade, denunciando os efeitos nefastos deste conceito, Walter Mignolo elenca alguns pontos básicos para termos uma real compreensão de como o ideário de Modernidade conformou o mundo principalmente a partir do século XVIII. Segundo o autor, o que possibilitou a construção deste ideário são dois pontos iniciais: a) Uma revolução de base econômica e; b) Uma transformação epistemológica no campo das artes e das ciências. Para o autor, principalmente a partir do século XV os países europeus, diante da necessidade de ampliarem as suas fronteiras econômicas, lançam mão de um robusto projeto de colonização que culmina com a “descoberta” das Índias, a exploração do “Novo Mundo” nas Américas sustentado por mão de obra escrava advinda da África. É do período que vai dos anos iniciais do século XV até os anos pós-Revolução Francesa que há um intenso dinamismo econômico patrocinado pelo mundo ocidental europeu no sentido de criar rotas de comércio, explorar continentes até então virgens e

¹¹ MIGNOLO, Walter. “**Colonialidade: o lado mais escuro da Modernidade**”. Tradução: Marco de Oliveira; Revista Brasileira de Ciências sociais, vol. 32. Nº 94.

conformar uma nova Era que o historiador britânico Eric Hobsbawn¹² chama de a “Era dos Impérios”.

A segunda base deste ideário de Modernidade, a transformação epistemológica, se dá pelo surgimento do Renascimento europeu. Basicamente o Renascimento inaugurará uma nova concepção do homem, gestado sob uma ideia racional de mundo. As artes se voltarão para o domínio das ações do homem sobre este mundo, alocando-o como o principal agente de transformação e manutenção dele. Uma clara hegemonia cultural de vertente europeia se sobreporá sobre as demais sociedades, através do conceito de civilidade. As ciências, principalmente com René Descartes serão marcadas por intensa especialização do conhecimento, o que possibilitou aos homens um rápido domínio sobre os aspectos materiais e subjetivos que até então limitavam o pensamento humano. O método cartesiano permitirá, neste sentido, a proliferação de variados campos do conhecimento, como também o surgimento de novas ciências.

Mignolo divide a conformação Moderna de mundo em três fases: a fase ibérica e católica, liderada pela Espanha e Portugal (1500-1750); a “fase coração da Europa” (na acepção de Hegel), liderada pela Inglaterra, França e Alemanha (150-1945); e a fase americana-estadunidense, liderada pelos Estados Unidos (1945/2000). Todas essas três fases, constituidoras deste ideário maior de Modernidade, vale a pena ressaltar, conforma ainda hoje a ordem mundial e é ponto de intenso debate intelectual, principalmente pelos intelectuais descoloniais/decoloniais-diaspóricos, tais como Lília Gonzalez, Ottobah Cugoano, Eric Williams, Anibal Quijano, Walter Mignolo, Homi Bhabha, Abdias Nascimento, Beatriz Nascimento, Clóvis Moura, etc.

Para o autor a Modernidade guarda em si um lado obscuro, qual seja, a *colonialidade*. Para ele, não há como pensar em Modernidade sem se pensar em Colonialidade, conceito que nos permite pensar a Idade Moderna fundada principalmente sobre a exploração dos povos, o que guarda em si uma dimensão eminentemente racista de Poder. Essa “Matriz Colonial de Poder” (que é a Modernidade), terá como principal efeito a noção de descartabilidade da vida humana:

“Assim, ocultadas por trás da retórica da modernidade, práticas econômicas dispensavam vidas humanas, e o conhecimento justificava o racismo e a

¹² HOBBSAWN. Eric. “**A Era dos Impérios: 1875-1914**”. Tradução: Sieni Maria Campos; Yolanda Steidel de Toledo. Revisão Técnica: Maria Célia Paoli. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

inferioridade de vidas humanas, que eram naturalmente consideradas dispensáveis. Entre os dois cenários descritos acima surgiu a ideia da ‘modernidade’. Apareceu primeiro como uma colonização dupla, do tempo e do espaço. A colonização do tempo foi criada pela invenção renascentista da Idade Média, e a colonização do espaço foi criada pela colonização e conquista do Novo Mundo”¹³

É pensando a Modernidade mais como ideologia que obstou como lucrativa do ponto de vista econômico para aqueles países mais desenvolvidos que abordaremos as discussões neste presente trabalho. Pensando este período histórico específico na esteira das relações de poder é que objetivamos discutir todo o seu cabedal legislativo, político, institucional. Como também, partindo de uma visão dialética, compreendendo como que essas conjunturas institucionais configuram subjetividades e manifestam no próprio corpo humano as visões, objetivos, práticas e ideologias.

Uberlândia e o Progresso: a construção do discurso de uma “Cidade-Jardim”

A questão do progresso, como em todas as outras cidades do Brasil que experimentaram um profundo processo de urbanização ao longo do século XX, figura para Uberlândia como um dos pontos nevrálgicos de sua existência. “Uma cidade progressista, vocacionada ao crescimento ilimitado, figurando entre as grandes cidades do país é o destino de Uberlândia”¹⁴, dizia um dos seus memorialistas mais festejados. O progresso, vinculado aqui como sinônimo de grandes construções, prédios altos forjados em concreto armado, asfalto e o rigor pela arquitetura mais moderna, encontra nesta cidade alguns dilemas para a sua plena efetivação.

Trata-se de uma cidade que recebe a sua emancipação no mesmo ano de Abolição da Escravidão. Na história oficial do município, ao contrário, que é construída em sua grande parte por memorialistas pertencentes às classes dirigentes da cidade, esse dado fundamental não aparece como preocupante, nem tampouco todos os dilemas sociais que afetaram Uberlândia ao longo de sua trajetória enquanto cidade. No retrato oficial da

¹³ MIGNOLO, Walter. “Colonialidade: o lado mais escuro da Modernidade”. Tradução: Marco de Oliveira. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.32 nº 94. p. 4.

¹⁴ ARANTES, Jerônimo. **Cidade dos sonhos meus: memória histórica de Uberlândia**. Uberlândia: EDUFU, 2003.

cidade podemos notar o reconhecimento de grandes nomes quase todos ligados ao meio rural agrícola que viam na cidade e sua gestão um espaço de manifestação de seus interesses de classe.

No entanto, na memória oficial do município, ao modo de uma vertente positivista, neste amplo caminho rumo ao oásis da cidade como um espaço paradisíaco, alguns homens, os seus líderes, estavam vocacionados a levar essa cidade rumo ao seu destino final. Estes nomes aparecem eternizados em suas praças, ruas, avenidas e edifícios, como que querendo lembrar a todo corpo social a sua dívida histórica para com esses homens que sentiram no corpo a sua missão de levar o povo de Uberlândia rumo ao status de cidade que ela alcança hoje no cenário nacional.

Se estes mecanismos de controle da história oficial tem um impacto inclusive nos destinos políticos da cidade até os dias atuais não há dúvida. No entanto, ao falar da memória coletiva que todos os cidadãos uberlandenses têm do município, dos grandes nomes que o compõem e que são inconscientemente perpetuados no imaginário coletivo, a sociedade uberlandense se esquece dos inúmeros processos de esquecimento que essa mesma história oficial, sua classe e seus agentes, foram capazes de promover quando lidaram com as inúmeras barbáries produzidas e geridas por suas mãos (em nome do progresso).

Quando trato da questão da memória não posso me esquivar de prestar reconhecimento a grandes autores que pensaram sobre os seus impactos no mundo material, inclusive em suas relações de poder¹⁵. De modo geral, todos eles convergem para a ideia de que a memória gestada no imaginário coletivo tem um impacto muito grande nas decisões de seu presente. À medida que controlo os fatos importantes sobre o passado poderei, a partir do presente, dirigir todo o corpo social mediante os caminhos mais propícios em comparação ao passado. É sob este prisma que pensamos não só a história, a memória e os caminhos traçados pela sociedade uberlandense. A história oficial

¹⁵ RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. *La Mémoire Collective* (2ª ed.) Presses Universitaires de France. Paris, França, 1968. Ed. Revista dos Tribunais LTDA, São Paulo, SP, 1978.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos**. 3ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2. n. 3, 1989, p. 224.

contada pelos seus memorialistas (e posta à crítica por inúmeros historiadores profissionais), corroboram a ideia de que os outros nomes, os esquecidos, pagaram o alto preço pelo seu esquecimento em prol do que é hoje a cidade e tudo o que ela representa.

Do lado oposto da memória está o esquecimento. A tarefa do historiador é lançar luz sobre ele, isto é, os sujeitos esquecidos da história. Ao tratar sobre o processo de construção e manutenção do Sanatório Espírita de Uberlândia pensamos fazer justiça aos inúmeros sujeitos que ali estiveram e que hoje a sociedade uberlandense nem faz ideia da existência de uma instituição como aquela nos domínios do município. Para isso acreditamos que fosse necessário trabalhar sobre essa dualidade: a memória e o esquecimento. Começamos, na ampla esteira histórica do município pelo ponto ápice dessa trajetória rumo ao progresso: a chegada da Mogiana, a ferrovia, que lançou a cidade nos trilhos da modernidade e do crescimento. A partir deste dado inicial é que tentaremos paulatinamente demonstrar não apenas a imagem oficial do município, mas as trajetórias dos sujeitos marginalizados, os jogos pelo poder e formação de suas instituições que materializam os interesses de suas classes dirigentes.

1.1 – O Progresso gera consenso: a Estação da Mogiana como passaporte para o futuro

A grande figura que os memorialistas em consenso afirmam que foi de fundamental importância para a construção da Estação da Mogiana na cidade foi o Coronel da Guarda Nacional, José Teófilo Carneiro. O projeto inicial da empresa ferroviária era ligar o interior paulista ao sertão goiano. Como até então a última estação deste trajeto terminava em Campinas, cidade sede da Companhia, algumas cidades do Triângulo Mineiro foram pesquisadas acerca da implantação do novo traçado. É interessante observar que Uberabinha à época não estava dentro dos planos da empresa e nem tampouco no traçado proposto pela Companhia. O plano era ganhar o território goiano através das cidades de Sacramento, Nova Ponte, Estrela do Sul, Santa Maria, chegando à área divisora do Estado Goiano.

No entanto, através de intensas lutas políticas, influências, projetos e disputas locais pouco a pouco as elites uberabinhenses vão tratando de produzir uma necessidade

intrínseca da construção da Mogiana no território do município. Acreditando que com a chegada da ferrovia na cidade os seus negócios iriam se desenvolver mais rapidamente e a cidade seria colocada dentro da rota de comércio nacional, sua classe dirigente trata de atuar nas brechas do Poder a fim de fazer se instalar na cidade o importante empreendimento. Tais práticas nos dão conta de dois aspectos fundamentais: o primeiro demonstra a até então insignificância de Uberabinha no contexto regional, ela sequer foi cogitada como espaço de passagem dos trilhos; o segundo diz respeito à capacidade de negociação, a presença, importância e influência que os homens de negócios uberabinhenses (uberlandenses) tinham já neste período ainda de constituição do município. Trata-se, a título do que salientamos em Freyre anteriormente, do papel audaz e empreendedor dos agora liberais, da astúcia e capacidade de negociação de uma sociedade de comerciantes, embora com laivos agrários e patriarcais.

Se a história para ser compreendida precisa de um certo distanciamento e observação do seu leito e progressivo desenvolvimento, cabe ressaltar aqui o importante trabalho de Valéria Maria Lopes quando a autora analisa o processo de criação, construção e desfazimento dos trilhos da Mogiana em Uberlândia. Em seu trabalho¹⁶, no qual faz uma profunda análise sobre os efeitos não somente econômicos da chegada da ferrovia na cidade, mas também subjetivos, do ponto de vista da memória, acerca das práticas políticas de sua elite dirigente e a sua efetiva presença na vida nacional, autora diz:

“Entretanto, os desdobramentos advindos desta história vieram nos indicar o germen do que veio a ser tradição na prática política local. A história nos mostra que essas elites, em todas as ocasiões, estiveram atentas aos grandes projetos de nível estadual ou nacional, que pudessem beneficiar o município. A prática de negociação com autoridades para que Uberlândia não ficasse excluída das vantagens deles advindas foi, e continua sendo, frequente; daí o discurso de ponto estratégico da região como fora de reforçar e sustentar as negociações”.¹⁷

A urdidura desse discurso que, salientamos, faz parte do imaginário coletivo de Uberlândia até hoje, o discurso em torno do qual Uberlândia está alocada em um ponto

¹⁶ LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante. “**Uberlândia: histórias por entre trilhas, trilhos e outros caminhos: memórias, construção e apropriação dos espaços**”. Uberlândia - EDUFU, 2010.

¹⁷ Idem. p. 34.

estratégico e especial do polo logístico nacional, é um dos conformadores e quase sempre ressaltados que definem a singularidade do município. Se verdadeiro ou não, (e é importante repisar que este ponto específico se trata de uma criação de suas elites dirigentes), é preciso reconhecer que em 1895 a Companhia Mogiana decide por construir uma estação na cidade; e nos dias atuais uma de suas mais tradicionais famílias (Martins), é detentora de um dos maiores atacadistas da América Latina. O passado, neste sentido, pode até ter ficado sepultado naquilo que passou, entretanto, os seus efeitos no presente, principalmente do ponto de vista do que chamo aqui da “história da riqueza de Uberlândia”, ainda se fazem sentir claramente.

Outros efeitos que se fazem sentir visualmente no cenário urbano de Uberlândia e que foram ocasionados pela chegada da Mogiana são frutos da própria geografia e constituição do espaço urbano do município. Com a chegada da estação a sua classe dirigente vai logo tratando de sanear, projetar e organizar o espaço urbano com vistas à sua modernidade. Diversas intervenções vão sendo produzidas com o intuito de fazer do urbano o espaço da convivência, o lugar onde os homens de negócios poderiam se dar e fazer acontecer os seus projetos, um local de entretenimento, de lazer, ou seja, um lugar civilizado, completamente oposto ao mundo agrário que até então era definidor do pequeno arraial.

Retomando novamente Valéria Lopes, é necessário reconhecer que essas diversas intervenções constituem também modificações naquilo que é humano, isto é, em suas memórias, na forma de acesso aos espaços públicos, nas formas de fruição ou não dos corpos pelos espaços sociais, evidenciados na própria conformação de sua arquitetura, na própria disposição e liberdade (ou negação) dos espaços urbanos.

Será a partir de 1895 e adentrando no século XX em diante que Uberabinha passará por profundas modificações em seu solo urbano. Com a chegada da ferrovia da Mogiana, novos limites são impostos na paisagem do município. O que antes era apenas um pequeno povoado e os limites dele iam daquilo que era considerado o “Patrimônio” de Felisberto Carrejo¹⁸, agora será parametrizado e projetado para se chegar até a estação ferroviária. Neste sentido, a partir dessa construção poderemos observar se conformar na

¹⁸ Área que, conforme salientado por Arantes, vai do atual Clube Cajubá até a praça Clarimundo Carneiro. Terras que foram adquiridas por Carrejo e que são inventariadas quando do pedido que Carrejo faz às autoridades eclesiásticas a fim de construir em Uberlândia (São Pedro de Uberabinha) uma capela religiosa onde poderiam ser realizados batismos e matrimônios, o que marca a emancipação pelo menos oficial/religiosa do povoado.

mentalidade da cidade a ideia bem clara de existência de uma “Cidade Velha” e de uma “Cidade Nova”. As duas em contraposição, ambas abrigo em si o que define o gosto pelo refinamento e o que significa atraso, a negação das características eminentemente agrárias em contraste com a afirmação da cidade do *neon*, do entretenimento. A paisagem urbana será profundamente marcada, modificada e vencida, mas não só. As subjetividades, as memórias e os efeitos deletérios dessas modificações no ser humano também serão profundamente transformados.

O que antes era marcado pela ideia que Sérgio Buarque salienta em *Raízes do Brasil* (a do colonizador que se deixa vencer pelas incongruências do terreno e apenas tira da terra toda riqueza que ela detém) será agora posto em intenso contraste com a cidade planejada. Um observador atento, quando coloca em comparação a arquitetura do bairro Fundinho por exemplo (o lugar onde se dava a vida social, política e econômica do município até os anos iniciais do século XX) com a arquitetura das novas avenidas a partir da praça Clarimundo Carneiro verá claramente a mudança da lógica de construção do espaço público. O primeiro, marcado pela topografia irregular do solo, pelas ruas estreitas e sem qualquer plano urbanístico, com Igreja e praça ao centro, marca a história de uma sociedade que vivia acampada próximo a ribeirões e lagos, sem qualquer tipo de providência sanitária que lhe desse lastro. O segundo, ou seja, a cidade nova, ganhará contornos retilíneos, será marcada pela opulência de seus grandes prédios e arranha-céus feitos de concreto armado. Suas ruas e avenidas serão largas e projetadas para o maior fluxo de pessoas e automóveis, com pontos de comércio e destinos bem definidos.

Na imagem abaixo, considerada em contraposição à primeira imagem que descreve como era o São Pedro de Uberabinha em seus anos iniciais nos territórios do bairro Fundinho, a questão da cidade planejada e de seus novos contornos aparece de forma bem clara.



(**Imagem II:** Foto aérea da cidade, da década de 1950, das avenidas Afonso Pena e Floriano Peixoto, **Acervo João Quituba**).

Do alto podemos ver no centro da imagem das atuais Avenidas Afonso Pena (à esquerda) e Floriano Peixoto (à direita). No centro da imagem aparece a antiga Praça dos Bambus, depois renomeada Praça da República e finalmente Praça Tubal Vilela. Diante da praça a presença imponente da Catedral Santa Teresinha do Menino Jesus, ladeada por prédios da administração pública, comércios, casas de entretenimento, como o Uberlândia Club, o Cine Uberlândia, Vera Cruz etc.

Tito Teixeira¹⁹, anos mais tarde quando dedica uma coletânea a fim de dar conta da história de Uberlândia desde a chegada dos Bandeirantes, faz um esmiuçado inventário de todas as belezas da cidade, elencando desde casas comerciais até sindicatos de organização dos trabalhadores (quase sempre de profissionais liberais). A título de ilustração de como se dava a vida intensa do uberlandense das três primeiras décadas do século XX creio que seja salutar demonstrar alguns destes estabelecimentos que o autor elenca.

Tabela I: Clubes, espaços recreativos e meios de comunicação em Uberlândia no século XX

¹⁹ TEIXEIRA, Tito. **Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central**. Ed. Uberlândia Gráfica LTDA, Uberlândia, 1970. 1^o volume; 1^a ed. p. 99.

Diversões	Auditórios	Clubes Recreativos
Cine Uberlândia	Rádio Difusora Brasileira	Uberlândia Clube Recreativo
Cine Teatro N. S. de Fátima	Rádio Bela Vista	Cajubá Country Club
Cine Teatro Avenida	Rádio Cultura	Jóquei, Automóvel e Iate Clube
Cine Teatro Dom Bosco	Rádio Educadora	Praia Clube
Cine IT'	Rádio Educacional e Cultural	Clube Sírio Libanês
Cine Vera Cruz	Concha Acústica Pça. Tubal Vilela	Clube Monte Líbano
Cine Regente	Colégio N. S. das Lágrimas	Clube de Caça e Pesca Itororó
Cine Éden	Sociedade Médica	
Cine Paratodos		

(Fonte: Arquivo Cônego Pezzuti)

Chama a atenção a grande quantidade de espaços destinados à vida social, de entretenimento, de convívio, que a cidade agrega em torno de si apenas para ficarmos no aspecto mais festivo da vida social uberlandense. É válido salientar, e pretendemos mostrar isto mais adiante, que nem todos os cidadãos estavam aptos a desfrutarem destes espaços, mas quantidade e variedade de estabelecimentos nos dão uma mostra de quão movimentada era a vida uberlandense principalmente para aqueles detentores de maior poder aquisitivo. Se observarmos outros aspectos caros à vida social, como o campo educacional, o autor elenca a presença (antes de sua federalização na década de 1960) da Faculdade de Direito, de Medicina, de Ciências Econômicas, de Engenharia, de Comércio. Elenca também a Escola Vocacional, Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos, Instituto Brasil Central, Instituto Irmã Teresa Valsé Pantelini, Colégio São Judas Tadeu. Das associações de classe o autor elenca a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária, Associação Rural de Uberlândia, Associação dos Empregados em Indústria Metalúrgica, dos Cirurgiões Dentistas do Brasil Central, Associação Profissional dos Condutores de Veículos Rodoviários. Da atividade sindicato o autor traz o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários, Sindicatos dos Contabilistas Profissionais, dos Empregados em Estabelecimentos Comerciais, dos Empregados em Indústria de Construção Civil e Mobiliária, Sindicado do Comércio Varejista de Uberlândia.

Essa efervescência não só da vida social, mas também econômica, política e religiosa será uma das marcas da Uberlândia do início do século XX. Tudo isso proporcionado, em grande parte, pela posição que a cidade passou a ocupar do ponto de vista logístico, e por extensão, comercial, político etc., ocasionado pela presença da Estação da Mogiana na cidade. Para se ter uma noção da importância que as elites uberlandenses destinam a este fato, ela produz aprofundados estudos acerca de todos os atrativos que a municipalidade detinha até então, como todo o seu potencial hídrico, capacidade de geração e fornecimento de energia elétrica, a composição e características gerais de seu solo, topografia, dados relativos à população, etc. Sem falar que, nos períodos que antecederam e durante os efetivos trabalhos da Ferrovia a cidade passa por uma série de melhoramentos viários, sanitários e estéticos que deságuam, de forma fria, numa série de arbitrariedades por parte do Poder Público sobre os sujeitos que ocupavam estes espaços antes vazios.

Sobre este aspecto do embelezamento estético a todo custo, aliado ao planejamento e ordenamento do espaço urbano, Valéria Lopes assim destaca:

“Assim, não somente as vias do trânsito foram delineadas, mas eram também parte integrante dos discursos a aparência das futuras construções que seriam erguidas nessas avenidas, como também o futuro das que ali existiam. [...] Tendo como base o concreto, asfalto, ferro e vidro, a cidade vai sendo inventada, sua imagem construída a partir de eles que delineiam a cadeia na qual é possível evidenciar os suportes de intervenção da técnica no espaço urbano, materializando os discursos e projetando o futuro.”²⁰

1.2 – “Não verás cidade alguma”: os miseráveis e a cidade moderna

Esse “pragmatismo” a todo custo, delineará todo o esforço político das classes dirigentes de Uberlândia. É este apeço pelo futuro a todo custo, pela modernidade que deve chegar, mesmo que custe difíceis e frívolas decisões que impactem na segregação

²⁰ LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante. **Uberlândia: histórias por entre trilhas, trilhos e outros caminhos: memórias, construção e apropriação dos espaços**. Uberlândia - EDUFU, 2010. p. 91.

de grupos e sujeitos, é essa utopia de uma cidade completamente organizada, a todo momento vigiada, limpa, ordeira, uma verdadeira “Cidade Jardim” que não deve se contrastar, em momento algum, com as máculas e sujidades, sejam elas materiais, morais ou até mesmo pessoais. Do ponto de vista material, a questão da limpeza se faz mister e para isso, conforme mostraremos mais adiante, tal classe dirigente por meio de suas instituições de caridade, produzem um intrincado projeto de inserir jovens economicamente vulneráveis na limpeza urbana, pagando salários baixos. Do ponto de vista moral, alguns sujeitos considerados “desvirtuados”, como as prostitutas, serão vítimas de um processo claro e intenso de limpeza dos seus corpos e de sua presença física nestes espaços públicos considerados “puros”, “limpos”, “imaculados”.

Um autor que aborda essa temática, Júlio César de Oliveira, dedica um livro para falar da vida boêmia de Uberlândia, como também disserta sobre os diversos projetos e práticas políticas que vão delineando os espaços de maior visibilidade social e, conseqüentemente, coibindo a presença dos sujeitos considerados pelas classes dirigentes como sendo indesejáveis. Em sua análise, abundam os depoimentos e memórias de sujeitos, em sua maioria negros, que viram a vida suburbana da cidade cada vez mais apartada das suas áreas mais valorizadas. Sujeitos que relembram e contam histórias de uma Uberlândia que, ao luar, era completamente vívida em seus sambas de roda, em produções carnavalescas, em seus forrós e bebedeiras.

“A noite social e familiar era caracterizada pela ida ao cinema, bares e restaurantes familiares e pela participação no *footing* realizado na Avenida Afonso Pena. Uma vez cumprido o papel social junto à família, o homem deixava a esposa em casa tomando conta do lar e dos filhos, caso os tivesse, e, munido de uma boa desculpa, deslocava-se rapidamente para o cassino ou para os bordéis. Ali, encontrava vários amigos em situação idêntica e tinha com eles, e com todos que ali frequentavam, uma cumplicidade. Afinal, todos eram ‘bons chefes de família’ e não tinha ‘nada’ de mais uma ‘esticadinha’ na noite, desde que se cumprissem às exigências sociais e matrimoniais.”²¹

²¹ OLIVEIRA, Júlio César de. **Ontem ao luar: o cotidiano boêmio da cidade de Uberlândia (MG) nas décadas de 1940 a 1960**. Uberlândia: EDUFU, 2012. p. 51.

Neste espaço que ia das atuais praças Clarimundo Carneiro até a Sérgio Pacheco, em áreas hoje consideradas centrais da cidade e que naquele tempo passava por intensa urbanização até à Estação Ferroviária, ficava o que o autor chama de “*geografia do prazer*”. Homens pertencentes à elite da cidade iam conviver com os bordéis, bares e demais atrativos noturnos que a cidade oferecia. Entretanto, à medida que estes espaços vão sendo ocupados pelos prédios residenciais, mais crescente se torna a necessidade de expropriar destes espaços cenas que não condiziam (ou pelo menos não deveriam condizer) com a imagem propalada de que a cidade era um lugar ordeiro, habitado por pessoas de costumes e moral ilibados.

Despontam, neste sentido, diversas denúncias nos jornais e nas páginas policiais de toda uma série de abusos visuais que essa sociedade ordeira jamais poderia compactuar. Cenas de namorados às escondidas em becos e vielas, outros tantos jovens enamorados em seus carros altas horas da noite, bêbados, noctívagos que serpenteavam pelas ruas fazendo alarde, acabando com o repouso da sociedade “trabalhadora”, perturbando o sono, a moral e os bons costumes. E com vias de coibir tais práticas e, na nossa visão, sanear o espaço urbano dessas impurezas morais, que a sua classe política através dos Códigos de Posturas vão lançando mão de uma série de práticas que visavam bem ordenar a presença e sociabilidade nos espaços públicos. Não só leis positivadas em seu ordenamento jurídico, mas também práticas arbitrárias de segregação e apagamento destes corpos nas áreas agora mais valorizadas. A este respeito um jornal publica:

“O senhor prefeito municipal deliberou fazer convergir para um ponto só a zona boêmia da cidade, sendo aproveitado então o trecho que circunda o Cassino Monte Carlo, na avenida Vasconcelos Costa e adjacências, onde, diga-se de passagem, já existem várias casas de tolerância mais ou menos agrupadas numa espécie de ‘zona’. Conforme conseguimos apurar, o Prefeito dará a todas as casas de tolerância que já existem na cidade (espalhadas entre as de família) o prazo máximo de doze meses para se estabelecerem no local já previamente destinado à zona boêmia da cidade. Louvável providência do Prefeito Afrânio Rodrigues da Cunha visando a localizar (um ponto único) o meretrício de Uberlândia”.²²

²² Idem. p. 94.

As elites locais tratam, neste sentido, de levar a cabo não somente práticas que visam tirar do olhar da sociedade a impureza, a falta de planejamento e de projetos urbanos, mas também todos aqueles sujeitos que não coadunam com um ideário de cidade que queria-se propalar, qual seja, a que de Uberlândia é a terra do progresso, onde abunda oferta de emprego e a sua gente é composta por pessoas trabalhadoras. Os indesejáveis, sob este ponto de vista, deverão estar à margem, em locais periféricos, distantes, amotinados e de pouca visibilidade. As agruras dessa sociedade que se queria progressista jamais poderiam ser expostas em praça pública, antes, deveriam ser saneadas, parametrizadas, estudadas e segregadas dos espaços de maior circulação ou de maior valor imobiliário.

A contraposição entre uma cidade antiga (marcada pelos primeiros anos quando ela era ainda um povoado, isto é, com seus casarões, ruas íngremes e sem asfalto) e a cidade nova (agora projetada, retilínea, com topografia plana e cortada por edifícios) será evidente nos discursos, nas imagens e imaginários que se faz do urbano. Os projetos de urbanização singram este enorme descampado que havia entre as atuais praças Clarimundo Carneiro e Sérgio Pacheco. Neste espaço lacunar, onde se projeta e se fabrica o que é ser urbano e civilizado, temos hoje o atual centro da cidade de Uberlândia. No coração deste centro há a praça mais famosa da cidade e que guarda em sua própria história evidências do que tratamos aqui: a Praça Tubal Vilela.

Quem trata dos pormenores sobre a história da praça em questão, isto é, das diversas intervenções a que foi sofrendo ao longo dos anos, os variados nomes que ela recebeu, os projetos urbanísticos pelos quais passou e os elementos que a constitui é a autora Marileusa Reducino²³. Retomando as questões que discutimos anteriormente acerca da memória e de como ela detém um caráter polissêmico, uma das funções da memória é também a de analisar o tempo, através dos lugares, estes que por sua vez evidenciam vivências, tipos de sociabilidade, conflitos e também rupturas. Observar a principal praça desta cidade e todos os eventos que a circundam, eventos estes não só de caráter temporal, mas também de poder, consubstanciados nas intervenções que vão sendo feitas nela ao longo dos anos, é também uma das formas de observarmos como as transformações em escala maior na cidade também afetaram a vida das pessoas.

²³ REDUCINO, Marileusa de Oliveira. **A Praça Tubal Vilela e seu entorno: efêmeras criações urbanas**. In. BRITO, Diogo de Souza; WARPECHOWSKI, Eduardo Moraes (orgs). **Uberlândia Revisitada: memória, cultura e sociedade**, p. 181.

A Praça Tubal Vilela fica localizada entre as ruas Olegário Maciel e Duque de Caxias. Ela é entremeadada pelas duas principais avenidas centrais, quais sejam, a Avenida Afonso Pena e Floriano Peixoto. A praça foi construída dentro do imaginário moderno que se queria propalar em torno da cidade moderna. James John Mellor, cujo nome foi homenageado em nome de rua no Bairro Fundinho, foi o engenheiro da Mogiana responsável por desenhar a planta dessa “cidade nova”, cujo projeto continha a construção de um jardim, de um local dedicado inicialmente à partidas de futebol, lugar de convívio e, principalmente, de embelezamento estético da cidade. Ela é construída em 1898, no bojo das práticas de construção dessa cidade moderna. Nos anos que iniciam o século XX é denominada como Praça da República.

A praça será o palco das intensas transformações a que vai passando a cidade. Neste período inicial de sua construção, quando pensamos o município inserido dentro do cenário nacional e tudo o que o envolve, o título que se dá a ela, Praça da República, é significativo da importância e do intenso sentimento de nacionalismo no qual está imerso essa sociedade (ao menos a sua classe dirigente). Considerando se tratar de uma cidade eminentemente ainda rural, gerida e organizada por poucas mãos de sua elite dirigente (quase sempre as mesmas famílias, como mostraremos mais adiante), a denominação Praça da República pode ser considerada também como mais um elemento significativo do lugar que a cidade estava começando a ocupar, ou pelo menos o pretendia, dentro do cenário nacional. Nas discussões que provavelmente deve ter envolvido a sua Câmara Legislativa, ocupada tradicionalmente por liberais e conservadores, a escolha do nome ia de encontro ao sentimento republicano que envolvia este Brasil novo que adentrava o século XX, vendo-se reformulado principalmente do ponto de vista político.

Prova dessas disputas pela memória e do que é ser moderno, que para um olhar desatento parecem insignificantes, se dá no decênio de 1912-1922 quando da gestão do prefeito João Severiano Rodrigues da Cunha. É preciso salientar, do ponto de vista dessas denominações, que o título que se dá a uma praça de elevada importância, central na vida da cidade, é de fundamental preocupação, pois o nome a ser escolhido evidencia interesses, sentimentos e objetivos que essa classe dirigente quer passar da cidade para os seus e para os que veem de fora. O prefeito em questão, no intuito de embelezar o local, manda plantar centenas de gigantes bambus ao longo da área da praça. Neste período, por mais que o seu nome oficial tenha sido mantido por Praça da República, a sociedade passa rapidamente a chamá-la de Praça dos Bambus. Este dado me parece relevante do ponto

de vista da construção social da memória. Quando pensamos que sua elite dirigente queria construir uma ideia do ser moderno utilizando-se da remodelação do seu espaço físico e para isso, através dos nomes dados a estes locais incutir princípios e valores caros à ordem social que queriam imprimir, quando o prefeito em questão, oriundo de uma das mais tradicionais famílias da cidade, erra em seu projeto de modernização da praça e por isso todo o projeto que a envolve vai abaixo, rapidamente se faz necessária uma intervenção.

É com este intuito que o interventor municipal, Vasco Giffoni, sobre a crista do Estado Novo de Vargas, vai produzir todo um projeto de remodelação do espaço da praça, contratando para isso o técnico de Belo Horizonte, Júlio Steinmetz para reorganizar o espaço. Quando consultamos o site da Prefeitura em área que se dedica à praça, ao falar sobre este momento pode-se ler: “A proposta contemplava vários passeios internos, com uma fonte localizada em seu centro, nas extremidades de um lado alguns bustos e de outro um coreto”. A praça renovada receberá o nome de Praça Benedito Valadares, como uma homenagem ao interventor do Estado de Minas Gerais durante o Governo Vargas. Repisando o que dissemos, a escolha do título não só de uma praça com essa, mas dos locais significantes para a sua classe dirigente, vai de encontro aos objetivos, interesses e mensagens que se quer passar para a sociedade a partir dessa escolha. Quando o Governo Vargas cai em 1945, ela retorna ao seu nome antigo, Praça da República. Em 1958, recebe o nome de Praça Tubal Vilela, em homenagem ao ex-prefeito da cidade²⁴.

Nessa mudança de nome também a praça e a sua área vão ser completamente modificadas. Muda-se os bancos, trajetos e caminhos pelos quais as pessoas percorriam, além de todo o projeto paisagístico. Neste ínterim, toda intervenção deve respeitar àquilo que se tinha de mais moderno:

“Nessa compreensão progressista a cidade de Uberlândia espelha a constante preocupação com o novo, geralmente denominado moderno, independentemente do período de sua construção. Este termo é utilizado de forma recorrente pelos

²⁴ Sobre a temática das disputas pelos espaços sociais que se consubstanciam em disputas pela memória, é importante ressaltar que atuais movimentos políticos lutam pela modificação do nome Tubal Vilela para Ismene Mendes. Segundo os que defendem essa modificação, Ismene Mendes foi mulher do prefeito em questão, assinada pelo menos e que teve, diante da relevância da personalidade do prefeito, o seu papel e o caso de seu assassinato apagado. Essas lutas pelo direito à memória, revisão destes dados do passado têm cada vez mais ganhado relevância não só a nível nacional, mas também internacional, haja vista os inúmeros casos de deprecação, “tombamento” e destruição de estátuas e lugares que perpetuam passagens e personagens que tiveram papéis negativos ao longo da história.

jornais uberlandenses, ao longo de todo o século XX para caracterizar as recentes edificações que foram inauguradas no transcurso dos anos estudados. A cada nova edificação erguida no entorno da Praça Tubal Vilela o termo adquiria força nos discursos da cerimônia de inauguração por meio das classes interessadas em investimentos imobiliários, empresariais e políticos, para ratificar a necessidade de sua manutenção”.²⁵

Sob o manto deste discurso da modernidade que agora a Praça começará a ser o exemplo mais bem acabado, todo o seu entorno sofre profundas modificações. Novamente neste ponto a velha contradição entre o novo e o velho se faz presente. Todos os imóveis que antes existiam no local, seja ele de famílias influentes, casarões, grandes ou não, passarão pelo crivo do que é moderno, bonito, sofisticado. É deste período, a partir da década de 1950, que todos os imóveis residenciais, ainda que bem conservados, quando seus donos se mantinham reticentes quanto à derrubada e construção nos novos moldes planejados, rapidamente eram execrados pelos jornais da época. Esses “pardieiros, envergonhando, novamente, as representatividades da cidade, pelo seu aspecto feio e descuidado” rapidamente dão lugar a novos edifícios públicos, hotéis e casas comerciais que estão em consonância com o discurso que se queria propalar sobre a cidade.

O exemplo mais bem acabado deste período será a construção do atual Edifício Chams, um arranha-céu todo espelhado erguido no entorno da praça. A ideia inicial era a construção de um edifício residencial. Uma construtora vinda de Brasília, especializada na construção de empreendimentos como este, vê-se diante da falta de compradores de apartamentos para uso residencial e rapidamente o adapta para uso comercial. O prédio ficará conhecido como o Edifício das Lojas Americanas, pois a loja fica em sua área térrea. Demais empreendimentos vão sendo erguidos no entorno da praça, tais como a Caixa Econômica Federal, Edifício Minas Caixa, Hotel Presidente, Hotel Colombo, Lojas Riachuelo, Rei do Real, Intermáquinas, Rádio Instaladora, antigo Fórum, Escola Bueno Brandão etc., que juntos farão da praça um lugar de intensa sociabilidade, um lugar de profícuo comércio e onde a vida social e política se dava.

²⁵ REDUCINO, Marileusa de Oliveira. **A Praça Tubal Vilela e seu entorno: efêmeras criações urbanas...** op. cit.

Se neste primeiro momento da fase modernizadora de Uberlândia a vida cultural, social e econômica estava concentrada na região central da cidade, mais precisamente em sua mais importante praça, será principalmente a partir da década de 1990 que essa concentração começará a perder força por conta da chegada do Center Shopping e junto com ele o grande varejista Carrefour. Além da presença do Center Shopping em área antes desvalorizada, a cidade passa a conviver com grandes centros populacionais, tais como os bairros Luizote, Santa Mônica, etc.

Outro dado ilustrador do valor que a elite local dá ao quesito modernidade, não importando, neste sentido, sob qual custo ela chegará, reside no movimento político que será empreendido quando da obsolescência da ferrovia da Mogiana em plena região central da cidade. Quando as fronteiras do município ultrapassam os limites que até então a linha férrea determinava e o seu centro agora passa a ser o que antes era periferia, rapidamente o que era moderno passa a ser considerado um “símbolo do atraso” e a cidade novamente, em nome do “moderno”, lançará para além de novos limites o que representa o arcaico. A boa política da urbanidade, que sempre fez parte do imaginário do uberlandense, qual seja, a cidade do asfalto, limpa e organizada, não se coadunava com um trem passando de tempos em tempos nas suas ruas projetadas e centrais. O trânsito, agora povoado pelo intenso tráfego dos automóveis da classe média, era recorrentemente cortado, pausado pela passagem do trem de ferro, barulhento, lento e que representava perigo para os passantes que iam ao centro ter um momento de tranquilidade, tratar de negócios e aproveitar da vida social. Neste sentido um jornal da época noticia:

“Não há, em Uberlândia, quem não esteja sempre de vistas voltadas para a Mogiana, maldizendo sua atitude de indiferentismo para conosco, em mantendo, até hoje, a despeito de tudo, um irregular serviço de transporte e um descuido absoluto na conservação do seu patrimônio nesta cidade. Mantendo um velho pardieiro denominado de ‘estação’, circundano de tapumes que aberram e primam pela falta de hygiene e conforto, destoando demais do nosso progresso, a poderosa companhia sempe fez ouvidos moucos às reclamações insistentes e justas que lhe faziam o povo e a imprensa da região”.²⁶

²⁶ MOGIANA fará mesmo uma nova estação? *O Estado de Goyaz*, Uberlândia, ano 6, n.290, 22 jun. 1938. apud. LOPES, 2010.

Tal situação da agora não receptividade da cidade para com a Estação se agudizava quando se tinha notícia de que, além da linha férrea em si cortando a cidade, ao lado da estação, em plena região central, havia um pequeno grupo de moradores que faziam parte do quadro de empregados da empresa. Essas casas construídas pela empresa de modo a facilitar a vida de seus funcionários, ficavam onde hoje foi construída a atual praça Sérgio Pacheco. A elite política de então fará uma série de tratativas com a Mogiana no intuito de retirar para outro local esse centro de casas, como também a alocação em um lugar mais distante a referida estação, agora considerada um “pardieiro”.

Neste ponto em específico, chama-nos a atenção o longo processo pelo domínio do local antes cedido à Mogiana, que, a um só tempo revela a necessidade que a elite local tem de não só embelezar o espaço ocupado por operários, mas de também de construir neste local (agora valorizado) um grande centro empresarial, cívico e político, mudando para a região todo o seu centro administrativo. Para isso, quando observamos do ponto de vista social, não os interessava tanto o direito e acesso desses trabalhadores à sua moradia e o mínimo de qualidade de vida. Antes, seus grandes próceres políticos, nesta época evidenciados nas pessoas do prefeito Tubal Vilela e de seu opositor político, Renato de Freitas, tinham como clara e patente a necessidade de lançar para longe dali as dezenas de desabrigados.

Em sua análise sobre este processo, Valéria Lopes traz uma série de depoimentos que vão de encontro à questão salientada por nós acerca da questão da memória e dos impactos que essa acelerada corrida rumo à modernidade produziu nas subjetividades das pessoas envolvidas. Sob este prisma ela relata:

“Dona Maria Augusta, depois de se emocionar recordando do tempo em que morou dentro do espaço da Mogiana juntamente com outras famílias de funcionários da companhia, de lembrar-se dos ‘lotes de lenha’ onde brincava caçando passarinhos ou calangos, ou da mangas que ‘roubava’ no Savastano, dos quintais, festas, passeios, das relações de compadrio, da horta, das noites em que se reunia para ouvir o programa de rádio, do restaurante da D. Gasparina e sua tão famosa comida, afirma, ao lado de sua mãe D. Constância que aquele fora ‘um tempo bom porque nós... não tinha maldade era tudo família, nós era tudo

irmão do outro. O que precisava agente fazia um pro outro. Nós... nós íamos numa festinha, ia. Todo mundo ia. Era bom demais”.²⁷

Sociabilidades que vão sendo desfeitas, laços sociais que vão sendo substituídos cada vez mais pela artificialidade das relações e por um movimento de capitalização da vida em sociedade. À medida em que o solo passa a se valorizar mais, à medida que os olhos dessa elite local se voltam para o que antes era desvalorizado e quer fazer disso um campo de negócios, cada vez mais a população vai sendo preterida, apartada de aparatos mínimos de sobrevivência. “Esse complexo da estação era considerado um aleijão porque diferia da imagem idealizada para Uberlândia”²⁸. A cidade que se queria não era a das prostitutas margeando os espaços de maior de circulação. Não era, essa cidade, a dos meninos que pediam em plena rua, praças e estações. Não era tampouco a dos aleijados, adoentados, leprosos. O negro, apartado desde o início da sua vida social, ficará restrito a seus guetos ou quando muito a desfilarem com seus sambas em dia de carnaval.

A este respeito, conforme nos informa Joachim Hirsch quando pensa a formação do Estado em suas bases materiais, “trata-se de entender as instituições e os processos políticos como expressão de relações de domínio e de exploração, bem como de conflitos e as lutas delas resultantes”²⁹. Entender este processo de domínio, de exploração, de luta pelo que é o moderno, pelo plano de cidade que Uberlândia deveria se tornar é entender também um emaranhado de disputas, rupturas e resistências, as quais coexistem com as atitudes e projetos políticos dessas elites locais. Sob este ponto de vista, ainda continuando em seu substrato social, creio que seja necessário nos atentarmos para a presença (que evidencia resistência ao *status quo*) dos inúmeros sujeitos que sobrevivem a tudo isso, sobretudo a sua população negra.

Sob a análise que Júlio Cesar de Olivera faz sobre estes sujeitos que vivem nos subterrâneos da cidade fica claro o caráter subversivo destes homens e mulheres que entranham em plena noite em busca do prazer e da liberdade. Tal qual na célebre canção de Mário Lago, “existe perda num canto qualquer da cidade uma rua sem sol e sem felicidade. Triste, de terra batida, de gente mais triste e batida, pelos socos da vida tão

²⁷ idem. p. 40.

²⁸ idem. p. 134

²⁹ HIRSCH. Joachim. **Teoria materialista do Estado: processos de transformação do sistema capitalista de Estado**. Tradução de Luciano Cavini Martonano. Rio de Janeiro; Revan, 2010. p. 20.

cruel de ganhar”. Havia em Uberlândia também uma Rua Sem Sol. Era nela que ficavam concentrados todos os bares, cassinos e bordéis de então. Eram locais frequentados por negros e brancos pobres oriundos dos bairros Patrimônio, Tubalina e Martins. Nessa área, agora delimitada pelo Poder Público como espaço da perdição, também o frequentam parcelas da burguesia uberlandense em busca do sexo fácil, neste caso, inclusive de crianças. A este respeito, em tom de denúncia um depoente afirma:

“De todas as casas a mais chic era a da Flauzina. A casa dela tinha cortinas, grandes eletrolas e na porta só tinha carro novo. O que tinha muito nas casas eram meninas de treze anos que trabalhavam a noite toda. A Maroca teve que fugir da cidade porque fazia aborto nas meninas e nas mulheres que para ela trabalhavam. Em um desses abortos, uma mulher morreu”.³⁰

Neste mesmo sentido, em tom de denúncia, um jornal local à época expõe:

“Proxenetas e exploradores de lenocínio traficantes de escravas brancas, incentivadores da prostituição, corruptores de menores, provocadores de abortos criminosos, eis alguns dos menores crimes de ‘Maroca’ e seu companheiro ‘Benedito’ ambos de cor preta, com funções no Bas-Fond do mas corrupto meretrício desta cidade. Um dia a justiça lhes caiu em cima, na pessoa do delegado Coimbra de Souza. Em seguida o delegado Washington Gomes de Faria, através de seus imediatos auxiliares voltou à carga, com um processo de aborto criminoso obrigado pelo casal e que causou a morte de duas infelizes decaídas, ambas menores de idade”.³¹

Pelos depoimentos coletados pelo referido pesquisador que se debruça sobre a vida noturna e boêmia da cidade havia, nestes círculos mais populares da sociedade pobre de Uberlândia uma intensa vida social, até mesmo, como ilustramos, do ponto de vista dos prazeres. Embora o poder público tenha feito um intrincado projeto de segregação e ao mesmo tempo de vigilância desses sujeitos e práticas, é importante reconhecer que elas

³⁰ OLIVEIRA, Júlio César de. “**Ontem ao luar: o cotidiano boêmio da cidade de Uberlândia (MG) nas décadas de 1940 a 1960**”. Uberlândia: EDUFU, 2012. p. 101.

³¹ *idem*. p. 101.

ainda continuavam existindo e povoando as páginas dos jornais locais, seja em tom de comemoração (por um ou outro estabelecimento estar sendo inaugurado na cidade e dentro da zona delimitada para ele) seja em tom de denúncia (quando casos como estes relacionados acima, despontavam aos olhos da coletividade).

Chama-nos a atenção, pelos depoimentos e fatos narrados, que a burguesia uberlandense, isto é, os cidadãos pais de família que provavelmente tinha vez e voz na comunidade, eram presença constante e massiva nestes locais. Assim, não é de se duvidar que possivelmente os filhos abortados dessas “filhas de Eva”, eram filhos desses homens da alta sociedade e de boa família. Sob este prisma, conforme demonstraremos no próximo capítulo, inúmeras mulheres tiveram como fim o Sanatório Espírita da cidade levadas pelas mãos destes homens que queriam ver ser mantidas as suas reputações ilibadas.

É forçoso reconhecer, ainda sobre a questão do comércio sexual na cidade neste período, que nem todos os comerciantes e donos de cassino eram pertencentes à classe pobre da sociedade. A sua maioria (e a análise do referido autor traz isso como evidente), era composta por gente de posse, que viam nesta atividade alta lucratividade e ganhos. Assim, chama-nos a atenção o caráter um tanto quanto explícito da denúncia que o jornal local faz quando narra os tristes acontecimentos dentro de um bordel e com isso se refere nominalmente a seus proprietários. Duas possibilidades deste ponto de vista nos saltam aos olhos. A primeira é de que nos parece que os dois proprietários do estabelecimento onde aconteceram os abortos e mortes das crianças gozavam de algum reconhecimento social ou, quando muito, de algum reconhecimento pelo menos por parte das forças policiais. Citá-los nominalmente e com isso provocar de alguma forma a ojeriza da sociedade que lê a notícia provocaria, certamente, o esvaziamento completo dos seus estabelecimentos, seja por total negação do seu público diante dos crimes cometidos, seja por receio de talvez serem vistos entrando em casa noturna de má fama. Pelo menos reconhecidos por parte das autoridades os dois sujeitos eram, pois na denúncia que jornal faz fica clara que já houve outras diligências a fim de “fazer cair-lhes a justiça”. O segundo ponto que nos chama a atenção é o fato de que o elemento racial aparece como um atributo relevante a ser ressaltado por quem produz a notícia. A necessidade de se repisar a cor preta dos dois proprietários do meretrício já parece vir acompanhada de uma vontade de marginalizar, punir e definir bem claramente os sujeitos que poderiam ou teriam maior aptidão para tocar os negócios do ramo. Em todos os sentidos, nos parece

que definir tão claramente e em detalhes os sujeitos, o meretrício e as práticas infames produzidas ali só nos faz ter a noção de que a sociedade consumidora do jornal possivelmente já tinha conhecimento da existência da zona de meretrício, das suas práticas e possíveis crimes cometidos ali. Como também a sociedade, pelo tom de reprovação que vem carregada a notícia, já tinha conhecimento das práticas delituosas dos sujeitos em questão.

1.3 – “Por acaso eu não sou um cidadão?”: Elementos raciais da cidade e suas contradições

Apenas para continuar e aprofundar a discussão em torno das relações raciais em Uberlândia e, por extensão, falar sobre a questão do papel do negro nela, creio que seja necessário falarmos sobre os principais locais e personagens negros que existiam na cidade. Quando se fala da presença do negro no município a Igreja do Rosário e o seu congado despontam como os dois elementos definidores de sua identidade histórica. Hoje a Igreja, tombada como patrimônio histórico da cidade e o Congado também como patrimônio imaterial, nem parecem terem sido produtos de uma sociedade completamente racista. Quando nos voltamos para os registros dos memorialistas que tratam do tema podemos observar a questão do preconceito racial aparecendo de forma lateral, apenas e tão somente como mais uma das contingências de uma “época de pouco esclarecimento”. A este respeito Antônio Pereira da Silva, depois de ovacionar o grande papel civilizador do Padre João da Cruz Dantas Barbosa, fala sobre a construção da Igreja:

“Preconceituosa, como todas as vilas da época, São Pedro de Uberabinha já tinha sua rua e seu Largo do Rosário apenas aguardando ocasião para construir a capela onde os negros tivessem um lugar para a sua piedade cristã, longe da igreja dos brancos. [...] O primeiro pensamento foi construí-la nas fraldas do Fundinho, vertente do córrego de São Pedro, portanto, mais longe, e se chegou a acumular material nas proximidades para erguê-la. Lá por 1891, Arlindo Teixeira, representando a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, solicitou ao Bispado autorização para construir nova capela num terreno vago, onde seria anos mais tarde a praça Ruy Barbosa. A memória oral registra que Arlindo não

se sentia muito prestigiado com aquela igreja de negros defronte à sua casa que era no largo”.³²

Várias questões poderiam ser suscitadas a partir da leitura dessa passagem. Gostaria de elencar algumas. A primeira delas diz respeito à suavização que o autor tenta fazer à questão do preconceito racial. Quando utiliza o termo “como todas as vilas da época”, ele faz querer parecer que o município era apenas mais um que tinha o elemento racial como um ponto definidor das decisões a serem tomadas do ponto de vista das construções e desenvolvimento do município. Querer construir uma igreja específica e, presencialmente longe da dos brancos, apenas para os negros é dado revelador de que como que a cidade lidava com um dilema que nos parece ser fundamental para a sociedade brasileira em geral no período pós-abolição. Sob este prisma creio que seja necessário fazer uma ressalva: Uberlândia é elevada à condição de município e se emancipa definitivamente meses após a abolição do trabalho escravo.

Como todas as cidades, aliás, como todo o Brasil se fundou sobre o trabalho do homem negro e após a abolição a sua liberdade era um tema preocupante para as elites de então, é necessário reconhecer que Uberlândia não fugia à regra do cenário nacional. Deste ponto de vista, quando observamos que a primeira igreja destinada apenas aos homens e mulheres negros foi construída somente após três anos da abolição, a questão da segregação desta parcela da população é fundamental para pensarmos sobre como a sociedade uberlandense se constituiu. O negro, não só do ponto de vista da manifestação de sua fé (e aqui é forçoso reconhecer, manifestação apenas e tão somente da fé/piedade cristã), mas também da sua inserção no mercado de trabalho livre com direitos iguais aos do homem branco, fora completamente apartada e impossibilitada de se efetivar. A sociedade uberlandense de então é uma sociedade que aparta, que faz distância da presença destes inúmeros sujeitos negros em contato com a sua fé e hibridismos possíveis

Posto isso, outro elemento a ser extraído da passagem citada é o quão fácil parece ter sido a destruição de uma igreja já erigida apenas para satisfazer os caprichos preconceituosos de um homem branco. A própria construção da primeira igreja, quando o autor diz que já havia “acumulado material nas proximidades para erguê-la” já deixa

³² SILVA, Antônio Pereira da. **Antônio Pereira da Silva conta As Histórias de Uberlândia**. vol 1. ED. Paulo Antônio, s/a. Uberlândia (MG). p. 87-88.

subentendido que essa construção só foi possível através da doação destes materiais pela coletividade de então. Provavelmente pessoas de posses, com os objetivos já expostos pelo memorialista que narra essa passagem. Outro ponto relevante a ser destacado é a relativa facilidade com que estes sujeitos de posse, tal qual Arlindo Teixeira, entram na Irmandade do Rosário (até presidindo-a, como neste caso) e tomam decisões que vão totalmente contra aos anseios da comunidade negra de então. O papel dos sujeitos negros, neste caso, parece ter sido o de extrema passividade, uma vez que a construção de uma igreja específica para eles primeiro surge como uma necessidade de apartá-los do convívio cristão com os homens brancos, e segundo porque os próprios gastos com a sua construção parecem ter sido um ato de “benevolência” destes homens de posse para com os sujeitos que necessitavam fluir da “piedade cristã”.

Novamente a questão da rentabilidade da terra em contradição com a presença dos grupos indesejáveis entram em foco. Quando o memorialista, ainda sobre este processo de definição do melhor lugar para a implantação da Igreja do Rosário, rememora outros motivos para ela não ser erigida na atual para Dr. Duarte ele assim explica:

“Por outro lado, o povoado se desenvolvia subindo a barranca para tomar o planalto onde se assenta, hoje, o centro da cidade. A Praça Dr. Duarte já se transformava num centro comercial e aquela igreja bem ali no miolo, além de reduzir espaços fazia da praça um reduto da ‘negrada’, principalmente nos seus dias festivos. E a cidade tinha em grande apreço os seus valiosos preconceitos.”³³

A sua elite local manipula então, de acordo com os seus “valiosos preconceitos” e os projetos mais rentáveis para as suas respectivas áreas de atuação de mercado, o melhor lugar que não atrapalhasse a vida social da “boa comunidade” uberlandense, e que ao mesmo tempo não estivesse aos olhos dessa sociedade os sujeitos negros e “seus festejos”. O bispado, elite política, comerciantes etc., discutem entre si o melhor lugar e começam então a angariar donativos a fim de fazer essa benevolência cristã: “a obra ficou em torno de dez contos de réis”, teve todo o projeto feito a título de filantropia por Thomaz Havane, direção das obras por Luiz da Rocha e Silva, doação dos bancos por Cícero Macedo e Manoel Naves e a doação da imagem por Oscar Miranda. Os registros dos memorialistas

³³ Idem. p. 88.

não dão espaço ao trabalho e à presença negra na própria construção do espaço que seria, anos depois, o maior símbolo de sua resistência, importância e presença para a vida cultural, religiosa, social de Uberlândia.

Exemplificativo da resistência negra em Uberlândia é o seu processo de entrada na vida cultural da cidade. É preciso, antes de adentrarmos neste assunto, reforçar que a parcela negra da cidade ficava restrita a alguns guetos específicos. Após descer as íngremes ruas do bairro Fundinho em direção ao ribeirão onde hoje fica situada a avenida Rondon Pacheco, do outro lado das suas margens, onde hoje situa-se o bairro Patrimônio, viviam os negros da sociedade uberlandense. Conforme diz Antônio de Pádua Bosi em artigo³⁴, um dos motivos de o bairro receber este nome, Patrimônio, foi porque constou como patrimônio necessário a Felisberto Carrijo pedir autorização às autoridades episcopais da época para construir a primeira igreja matriz de São Pedro de Uberabinha e com isso ganhar autonomia administrativa. Na primeira metade do século XX a região se tornará o endereço de um frigorífico da família Naves de Ávila, fazendo com que os cidadãos negros de então, ao anexarem-se na região, atuassem como uma parcela de reserva de mão de obra barata no entorno da fábrica.

O Bairro Patrimônio então, se consolidará como o grande reduto da população negra, que ora fixa-se no bairro para trabalhar na produção de charque da família Naves de Ávila e ora migra para a região central da cidade em busca de trabalho ou até mesmo para desfrutar das missas e datas festivas na sua Igreja do Rosário construída em 1928. Falo da resistência e da entrada da comunidade negra na vida cultural de Uberlândia porque estes homens e mulheres não ficaram restritos somente à Congada e procissões religiosas. Pouco a pouco, a partir do momento em que elite uberlandense, ao modo de outras localidades do país como São Paulo e Rio de Janeiro, começam a praticar o Carnaval de rua, pouco a pouco também os “Tenentes Negros” vão adentrando, forçadamente, nestas práticas culturais até então burguesas. “A elite é que dava a nota alegre e de brilho com seus cordões fantasiados”. Um movimento restrito apenas aos clubes da elite inicialmente, depois, em períodos esparsos, tomando conta das ruas em desfiles que duravam dias. “Os grandes foliões eram os políticos, os empresários, os profissionais liberais, suas esposas e filhos”³⁵.

³⁴ BOSI, Antônio de Pádua. **História e Historiografia da formação econômica de São Pedro de Uberabinha nos anos de 1912 a 1922**. Revista Tempo e Ciência, 2º semestre de 2005. Unioste.

³⁵ idem. 92.

Será particularmente a partir do contato do homem negro com o branco nestes espaços sociais que o Carnaval de Uberlândia da época vai sofrer o que um memorialista chama de processo de “proletarização”. Tao processo ocorre, é preciso reconhecer, não de maneira suavizada e harmônica, mas a partir da dura contraposição de presenças, visões e partilhas do espaço urbano.

“A invasão proletária do distinto e elegante carnaval da avenida Afonso Pena começou em 1935 quando a ‘Sociedade Carnavalesca Negra’, com sede numa das esquinas da avenida, formou um rancho e saiu cantando e tocando diversos instrumentos. [...] A saída desses ranchos promoveu uma certa democratização no footing carnavalesco. O ‘vai-vem’ do Carnaval era rigorosamente preconceituoso: os brancos passeavam de um lado (atualmente seria do lado do Bradesco, da Drogasil etc) e no meio da rua, restando para os negros apenas a calçada do outro lado. Esse preconceito veio até finais da década de 50”.³⁶

Este contato, marcado por resistências e negociações entre os sujeitos sociais, é que permitiu, em Uberlândia, um certo aparecimento da cultura negra em seus registros oficiais. Quando temos contato com os registros memorialísticos dos seus principais produtores, por exemplo, a questão da presença negra sempre aparece. Seja através de um viés freyriano de abrandamento das relações sociais, seja num viés de ovação das atitudes filantrópicas de sua elite abastada. Mas a realidade, consubstanciada em registros e inúmeros trabalhos sobre o tema, dão conta de uma sociedade extremamente racista, que teve em seu seio abundantes casos de preconceitos claros, contra até mesmo negros que gozavam de algum reconhecimento a nível nacional. Quando imaginámos, neste caso, os tristes exemplos de apartheid em África e nos Estados Unidos, jamais imaginamos que em pleno século XX também na sociedade uberlandense havia uma clara segregação racial. Os negros não desfrutavam dos mesmos locais que os homens brancos. Estavam restritos a tão somente sua vida suburbana, de sujeição e espoliação da sua mão de obra.

Novamente a respeito da vida negra e do lugar destes sujeitos na vida cultural uberlandense, Júlio Cesar de Oliveira faz uma profunda análise da vida cotidiana do bairro Patrimônio. Para isso, através de depoimentos, demonstra a trajetória destes líderes

³⁶ SILVA, Antônio Pereira da. **Antônio Pereira da Silva conta As Histórias de Uberlândia**. vol 1. ED. Paulo Antônio, s/a. Uberlândia (MG). p. 94.

do Carnaval negro de Uberlândia. Dentre eles o mais famoso, Lotinho, foi presença marcante na vida carnavalesca da cidade, tendo sido o criador da mais tradicional Escola de Samba do município, a Tabajaras. Recontando as suas memórias sobre o tema da noite e da vida suburbana de Uberlândia, Lotinho nos oferece o perfeito cenário de uma cidade em vias de ser feita e com imensas contradições. Do ponto de vista do acesso da população negra às diversões, a cidade “ainda pouco oferecia aos seus habitantes mais pobres, a não ser o bom e velho circo, os bailes ou brincadeiras nos fundos de quintais, o bordel e a cachaça”.³⁷

O ápice da vida boêmia da cidade se dá com a inauguração de um baile denominado “Caba-Roupa”. Ele ficava situado na zona delimitada pela Prefeitura, como demonstramos anteriormente, como zona do meretrício. Seus frequentadores era a população negra de Uberlândia, que via no local um espaço de festa, confraternização e contatos. Shows, bailes, sambas, tudo ocorria no “Caba-Roupa”, que mereceu este título justamente porque todos os seus frequentadores saíam de lá com as roupas aos trapos, sujas pela lama e poeira provocadas pela dançarina. Acerca do baile e do seu significado na vida da população negra de Uberlândia César no diz:

“Nas proximidades da Rua Sem Sol, na atual Rua Melo Viana, número 736, foi seguido por Anísio (tio de Lotinho), no início dos anos 1950, o Clube José do Patrocínio, conhecido popularmente como Caba-Roupa. Esse dancing de negros ocupava um lugar de destaque na geografia do prazer e da cidade e também nas vivências noturnas dos boêmios, empregadas domésticas, pajens, salgadores, pedreiros, serventes e outros. [...] Esse clube, localizado próximo à Rua Sem Sol e distante da ‘luminosidade’ existente no centro da cidade, teve as suas noites animadas por Moacir Franco, Orquestra Marajoara, Jamelão, Severino Araújo, que passaram pelo seu palco dando uma canja, e pelos próprios frequentadores que cantavam constantemente o seu hino de guerra.”³⁸

Rapidamente o tal dancing ganha notoriedade municipal, sendo frequentado até mesmo pelo prefeito de então, Tubal Vilela, e por diversos outros sujeitos pertencentes à burguesia uberlandense. A figura de Lotinho, salientada aqui, é interessante de ser

³⁷ OLIVEIRA, Júlio César de. “**Ontem ao luar: o cotidiano boêmio da cidade de Uberlândia (MG) nas décadas de 1940 a 1960.** Uberlândia: EDUFU, 2012. p. 102.

³⁸ idem. 109.

observada. É ele quem aparece cotidianamente na vida cultural e suburbana de Uberlândia, sendo reconhecido não somente pela parcela massiva da população negra da cidade, mas também pela sua parcela mais elitizada. Através de seus depoimentos nota-se a experiência de um homem que ajudou a inserir, de fato, a cultura e arte negras na vida oficial da cidade. Foi pelas suas mãos e através das suas ações que o Carnaval de rua de Uberlândia tal como até há pouco tempo conhecíamos, foi possível. Sua atuação nas brechas, nos bastidores e, literalmente nos palcos, faz atestar muito claramente o lento e gradual aparecimento do negro na memória e na história de Uberlândia. A criação da Escola Tabajaras, que passou a desfilar sozinha a partir de 1954, sustentando a existência do carnaval do município (e através dela foi possível a criação de outras escolas de sambas de outros bairros, a exemplo da Unidos do Chatão, Acadêmicos do Samba, Unidos da Garotos do Samba - Mestre Bolo) foi o que possibilitou que hoje tivéssemos como patrimônio histórico imaterial da cidade a Congada, exemplo mais bem acabado da resistência negra de Uberlândia.

A atuação de Lotinho aparece registrada nos escritos de memorialistas e, pelas suas memórias, é possível pinçarmos estratégias não só por parte dele como grande líder da população negra de Uberlândia, mas também de suas elites políticas, quando entram em contato com Lotinho, por exemplo, para a criação do Carnaval da cidade, dentro diversos outros eventos que Lotinho e sua família já estavam especializados em realizar. Aos poucos, a elite política de Uberlândia começa a travar contato com estes sujeitos líderes do samba, dos quais Lotinho era o maior. As composições de Lotinho não giravam somente em torno do romantismo e festejos. A pedido de candidatos como Homero Santos, Lotinho compunha *jingles* de campanha e os misturavam no repertório. Esses políticos conhecidos da cidade financiavam o show, esperavam a população se avolumar para começar os discursos e propagandas em comícios.

Aliando todo o contexto da construção da Igreja do Rosário, do papel exercido pela população negra de Uberlândia, dos mecanismos de segregação dessa parcela, etc, e aliados à figura de Lotinho e demais representantes da comunidade negra da cidade pelos anos de 1950 pode-se observar que tais atitudes de autorizações tácitas por parte da elite política de Uberlândia, não se tratavam de pura e simples benevolência e vontade democrática, pelo contrário, tratava-se da necessidade que essas elites tinham de conquistar e de angariar os votos destes cidadãos negros que historicamente foram reprimidos. A conquista destes votos não vinha pela entrega efetiva de melhorias na vida

prática dos negros uberlandenses, mas era conquistada através das festas, sempre financiadas e geridas com o fim específico de expor os candidatos a esta parcela numerosa, que com certeza tinha o poder de definir, no sistema democrático, os rumos do município.

É interessante observar como que aos poucos, através dessa autorização pontual (porque continuavam não havendo possibilidades de acesso dos negros aos espaços de poder), de realização do Carnaval nada mais era do que a prática milenar do “Pão e Circo”. O pão, é necessário salientar, ainda era instrumento de grandiosa barganha, principalmente no contexto do trabalho livre, com imensa população estrangeira italiana chegando pela ferrovia, e que assolava os negros à condições de subalternidade. Mais que subalternidade, à exclusão completa a seus bairros operários e tabocas. O circo, ainda que remonte a momentos de extrema felicidade aparecidos nos depoimentos de seus frequentadores, ainda assim obedecia a duras e claras regras de segregação. Basta lembrarmos que estes bailes, tais como o Caba-Roupa, ainda continuavam restritos à zona boêmia da cidade, a qual os jornais dedicavam imensas críticas e denúncias, mas, em período de carnaval e eleitoral, os grandes políticos da cidade, como Renato de Freitas, Tubal Vilela, Homero Santos, iam acabar com seus ternos suntuosos nas noites de comício, quando necessário. Portanto, é preciso observar este movimento de aparecimento da população negra (e seus líderes) na história oficial de Uberlândia como um ponto crítico, porque, mesmo que acriticamente estes sujeitos participassem dos mecanismos produzidos pela sua elite política, eles eram aliados desta elite, no momento em que faziam a “ponte” entre os políticos que viviam lhes reprimindo, mas que em momentos do voto, tomavam feições populares.

Exposto isso, ficam claras as táticas utilizadas pela imprensa, pelo poder público e pelos candidatos na conquista pelo voto dessa parcela social. Sai no Jornal Correio de Uberlândia uma análise elogiosa à atuação de Lotinho:

“Estou gostando muito do novo ritmo africanizado que Lotinho arranhou para a sua ‘Escola de Samba Tabajara’. Era isso que faltava à campeã o carnaval de 56 e forte disputante à renovação do título este ano. Lotinho vai indo espetacularmente. Domingo estará em ação o Clube José do Patrocínio (Caba-Roupa) desta cidade com mais um grande baile oferecido a seus associados.

Funcionará animando as danças, a orquestra da própria entidade. Agradeço o convite que me fez para comparecer, o ‘maestro Lotinho’.³⁹

Se havia a possibilidade ou não de as elites uberlandenses utilizar-se de um movimento crescente entre a população negra de Uberlândia com o intuito de conquistar os votos desta parcela da população que tinha grande peso, não podemos afirmar com toda certeza. Mas fato é que a figura de Lotinho passa a ser recorrentemente condecorada nas páginas de jornais, principalmente naquilo que tange à sua atuação frente ao Carnaval da cidade. Os políticos o procuravam, neste sentido, não apenas para animar seus comícios convidando e agregando o maior número de pessoas possível, mas Lotinho era também convidado para participar de bailes e eventos em locais eminentemente frequentados por pessoas brancas, num período de segregação racial latente no município. O próprio Lotinho, a este respeito, conta uma recordação que teve quando da visita de Elza Soares à cidade. Ela foi contratada para fazer um show no Cajubá Country Club, um dos mais elitizados da cidade, e, ao terminar o show e ir dançar com um seu namorado à época, foi duramente repreendida pela organização do evento. Em linhas gerais, ao que consta no depoimento de Lotinho, os organizadores chegaram para a cantora e disseram que ela foi contratada apenas para cantar, que negros não deviam se misturar com os demais convivas.

Esse fato é ilustrativo da tamanha influência que Lotinho passou a ter sobre a vida cultural de Uberlândia. Acompanhar nos bastidores e ao mesmo tempo com riquezas de detalhes todas essas passagens por Uberlândia (não só na vida que Júlio César chama de “boêmia e suburbana, mas também nas noites da alta elite, as animando), demonstra que de fato foram feitas algumas concessões a Lotinho principalmente pelo grupo político encabeçado pelo ex-prefeito da cidade, Tubal Vilela. A nossa hipótese ganha corpo quando lidamos com o fato de que, na eleição municipal de 1960, após Lotinho não apoiar o então rival de Tubal Vilela, Renato de Freitas, como candidato à Prefeitura, ele é duramente hostilizado pelo grupo político do postulante ao cargo, sofrendo enormes perseguições na própria dinâmica de produção do carnaval da cidade naquele ano. Sobre tal querela Lotinho recorda:

³⁹ idem. pg. 151.

“O meu desentendimento com o Renato de Freitas foi causado porque não o apoiei nas eleições. Ele disse que ia suspender a Tabajara e que a Escola não ganharia mais nenhum carnaval em Uberlândia, e tem mais: ele deixou as Escolas de Samba na mão, enfraquecendo o carnaval de Uberlândia, foi só isso”.⁴⁰

Pode-se aduzir, a partir dessa passagem, que o carnaval da cidade e a autorização por parte do Executivo para desfilar determinadas escolas, servia como instrumento de barganha política. Aquele presidente de escola, que provavelmente tinha conhecimento, poder, carisma, capacidade de definir votos em prol deste ou daquele candidato, tinha que estar de acordo ou pelo menos ser favorável a determinados candidatos, a fim de fazer acontecer o desfile de sua escola. Se Renato de Freitas, enquanto prefeito na época e candidato à eleição, utiliza-se dessa barganha para angariar apoios, provavelmente tratava-se de prática comum da qual Lotinho certamente tinha um peso enorme.

2.5 – O campo político da cidade e seu aparelhamento pelas forças econômicas: suas práticas sociais e instituições

Acerca da vida cultural de Uberlândia, flando sobre a importância que teve a Congada na resistência negra da cidade, como também todo o processo de construção de seu maior templo, entremeado por concessões com objetivos claros, além da existência da festa carnavalesca, a atuação de seus principais atores, neste caso Lotinho, falar sobre este ponto específico da presença negra em Uberlândia nos dá a dimensão de como, do lado oposto da festa, isto é, na vida cotidiana da parcela da maioria da população, como que a pobreza, a miséria e as desigualdades configuravam-se como base para as relações sociais no município. Como fizemos mostrar, a cidade de Uberlândia alicerça-se, do ponto de vista econômico, sobre um pilar fundamental: a especulação imobiliária. Não é à toa que os dois grandes líderes políticos da década de 1950 em diante, Tubal Vilela e Renato de Freitas, eram grandes empresários do ramo imobiliário e representam ainda hoje, as suas empresas, as maiores do ramo na cidade. Será em nome da terra, neste sentido, que

⁴⁰ idem. p. 153.

todas as políticas públicas, seja para melhoramento, seja para mera segregação social, girará em torno. As elites uberlandenses, neste sentido, souberam aliar-se em prol de um projeto comum, qual seja, a de tornar a cidade rentável para os seus respectivos negócios e para isso foi necessário aparelhar toda a estrutura pública para que este projeto comum fosse colocado em prática.

Quando pensamos nesta capacidade de coesão que as elites uberlandenses tiveram no sentido de criar um projeto comum que fosse rentável para todos, fica claro para nós que é difícil divisar a instância política das demais. Na cidade, os atores econômicos atuam ativamente na vida política e vice-versa. Os atores políticos, em sua maioria, também atuam ativamente no campo empresarial. Daí porque as instituições que visam organizar a atividade empresarial, a exemplo da ACIUB, no caso, foram grandes incubadoras das lideranças políticas locais. Através de suas entidades de classe é que a sua elite, em comum acordo, foram organizando-se politicamente, não importando, neste caso, quem fosse o líder do Executivo, desde que ele fosse submisso a este projeto. Conforme defende Antônio de Pádua Bosi essa configuração econômico-política data desde os primórdios do município. Quando voltamos à produção de sua memória oficial podemos observar a eleição destes grandes homens como norteadores do processo de desenvolvimento, o que não nos fica claro, numa primeira análise, é o quão concentrado estava o Poder Político nas mãos de poucas famílias, e, por extensão, também o poder econômico. Quando observamos a sucessão política na cidade e as devidas profissões de seus líderes ficam bastante claros quais os rumos que se queria dar à cidade desde os seus anos iniciais.

Tabela II: Titulares do Poder Executivo e suas respectivas profissões

Período	Agente Executivo	Ocupação
1891-1892	Antônio Alves dos Santos	Fazendeiro
1892-1895	Augusto César Ferreira e Souza	Advogado/Jornalista
1895-1897	João Moreira Ribeiro	Fazendeiro
1898-1900	Severiano Rodrigues da Cunha	Fazendeiro
1901-1903	José Teixeira de Santana	Farmacêutico
1904-1907	Severiano Rodrigues da Cunha	Fazendeiro
1908-1911	Alexandre Marquez	Fazendeiro
1912-1922	João Severiano Rodrigues da	Farmacêutico

	Cunha	
1923-1926	Eduardo Marquez	Fazendeiro
1927-1930	Otávio Rodrigues da Cunha	Fazendeiro
1931-1932	Lucio Libanio	Interventor
1933	Claudemiro Alves Pereira	
1934-1936	Vasco Gifoni	Advogado-Interventor
1936	Luiz Lisbôa	Interventor
1937-1942	Vasco Gifoni (reintegrado no cargo)	Avogado-Interventor
1943-1945	J.A Vasconcelos Costa	Interventor
1946	J. Paulo Vasconcelos/Euclides G. de Freitas	Interventores
1947	Benjamim Magalhães de Oliveira/ Luiz da Rocha e Silva/Cleanto Vieira Gonçalves	Interventores
1948-1950	José Fonseca e Silva	Fazendeiro
1951-1954	Tubal Vilela	Empresário Construção Civil
1955-1958	Afrânio Rodrigues Cunha	Comerciante
1959-1962	Geraldo Mota Batista Ladeira	Empresário Comunicação
1963-1966	Raul Pereira de Rezende	Fazendeiro
1967-1968	Renato de Freitas Costa	Engenheiro

(Fonte: Tito Teixeira. Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central)

Pelo que se observa, a atividade agrícola era uma constante num país ainda eminentemente fundado nas bases agrárias. A vida social de Uberlândia, como dissemos, era condicionada à vida rural, sendo poucas as pessoas de posse que viviam na área urbana. No entanto, para fins comerciais e financeiros o desenvolvimento da cidade configurava também um crescente desenvolvimento para as relações comerciais destes senhores proprietários de fazendas. À medida que a cidade se desenvolvia, ganhava importância e ia sendo inserida na rota de distribuição de mercadorias, mais lucrativas e rentáveis tornavam-se as propriedades destes senhores. Deste ponto de vista, há que se observar que todo imaginário moderno, principalmente o de que Uberlândia estaria localizada no perfeito entreposto logístico, são dados criados com o fim específico de

fazer convergir para a região toda uma série de benfeitorias que seriam viáveis (e necessárias) para essa elite se desenvolver economicamente.

Quem faz o balanço das sucessões políticas em Uberlândia, enumerando os seus diversos atores, evidenciando passagens de suas vidas e produzindo uma rápida biografia daqueles que considera mais importantes é o memorialista Tito Teixeira. Através de sua coletânea de livros dedicados a narrar a atuação dos “pioneiros e imigrantes do Brasil Central” ele faz uma belíssima corografia principalmente do município, produzindo um material de extremo valor a quem se dedica ao assunto. Segundo Antônio Bosi, tomando a construção da memória oficial pelas mãos de memorialistas claramente subservientes às vontades das elites locais em suas mais objetivas intenções, pensando, em nosso caso, o seu lugar ocupado por Tito Teixeira na produção da memória oficial da cidade com o objetivo claro de ovacionar os grandes nomes, é necessário pensar os diversos objetivos que ele tem ao produzir o livro. Um deles, a meu ver, ele conseguiu cumprir: foi o de tornar os diversos sujeitos que narra em verdadeiros mitos e heróis. Acerca deste ponto específico Bosi, ao analisar a produção da memória oficial em Uberlândia e seus impactos sobre a historiografia sobre o tema assinala:

“O argumento principal do livro é bastante simples. Uma fração de classe específica agiu a partir do poder público municipal desde pelo menos 1912 e alterou a face de Uberabinha, transformando a rústica e pequena vila numa cidade próspera e rica. Esta imagem foi suficientemente forte para tornar-se a principal explicação sobre a história da cidade e, à medida que sofreu poucos questionamentos, terminou por se converter em mito. Mito sobre a origem da cidade, onde ‘o presente é explicado pelo passado, isto é, o fato da cidade ter surgido em certo local, em certa época, em certas condições, com certos valores explica a metrópole contemporânea”.⁴¹

Conforme salientado anteriormente, a memória oficial da cidade, quando constrói sobre o município todo um ideário de modernidade e com isso elege a atuação de alguns poucos homens frente à condução deste futuro prodigioso, ela acaba por esconder os diversos interesses que estes poucos homens têm no sentido de fazer-se valer do progresso

⁴¹ BOSI, Antônio de Pádua. **História e Historiografia da formação econômica de São Pedro de Uberabinha nos anos de 1912 a 1922**. Revista Tempo e Ciência, 2º semestre de 2005. Unioste. p.19.

da cidade para também progredirem economicamente. A título de ilustração de como a concentração do poder político estava restrita nas mãos de poucas pessoas, chama-nos a atenção os mais de vinte anos que a família Rodrigues da Cunha esteve à frente do Poder Executivo.

O único ocupante do cargo até 1912 que não vivia da atividade agrícola foi Augusto César. No entanto, quando observamos sua atividade política e biografia podemos observar que ele era filho dessa elite política agrícola e, por concessão, exerce importante papel no sentido de demandar, junto às esferas estadual e federal, que Uberlândia fosse elevada à condição de cidade. Augusto César neste sentido, como primeiro filho das letras jurídicas que alça voo para além dos limites locais, o faz com a missão de conquistar para a cidade a sua verdadeira emancipação, que tem significado fundamental para a elite da qual fazia parte. Ele fica para a história da municipalidade como grande homem que organizou a vida política local, sendo o primeiro a presidir e dar início aos trabalhos de sua câmara legislativa.

Conforme salientamos através de Gilberto Freyre, o século XX marcará a hegemonia destes homens liberais, filhos dos senhores de terra que vão às capitais de Estado adquirem conhecimento para depois retornar à sua cidade de origem, como forma de melhor empregar, nas suas funções, da melhor forma o conhecimento adquirido.

Em Uberlândia acontece coisa parecida, cada vez mais os conhecimentos do século XX vão sendo apreendidos por sua classe dirigente, no entanto a sua base agrária ainda se mantém. Prova dessa “instrumentalização do conhecimento” em prol do desenvolvimento do capitalismo local pode ser observada na própria formação dos seus prefeitos ao longo do tempo. Não se trata apenas do senhor proprietário de terras que fica confinado em suas propriedades vivendo de arrendamentos e da produção agrícola. Trata-se de advogados, de jovens que terão contato com as letras e com outras formas de organização social. A ferrovia da Mogiana, neste sentido, os possibilitava ir a São Paulo, baldear para o Rio de Janeiro, conhecerem a nova capital de Minas Gerais e empregarem, com isso, políticas, visões e projetos apreendidos de fora. Os engenheiros prefeitos/empresários da cidade são frutos de país que se moderniza principalmente a partir da Era JK, onde há a predominância do concreto armado em suas construções. A cidade, neste sentido, soube ir empregando esses variados conhecimentos em seu projeto maior de desenvolvimento local, de modo a propiciar crescimento para essa classe dirigente coesa.

Chama-nos a atenção, quando observamos a profissão dessas lideranças, a figura de dois farmacêuticos. Observando do ponto de vista histórico e aliando essa informação com os dados de políticas públicas produzidas na cidade nos períodos de suas respectivas gestões, podemos observar que a cidade receberá uma atenção especial com relação ao tema dos cuidados sanitários. Nos primeiros anos do século XX, a cidade ainda sendo embrionária, era quase inexistente um projeto robusto de saneamento básico, quiçá de distribuição efetiva de água potável. Segundo relatos não havia qualquer serviço de coleta de lixo, a população não tinha sequer o mínimo treinamento de cuidados básicos de limpeza pública, segundo um jornal da época:

“O Estado sanitário da nossa cidade deixa muito a desejar. Desprovida de esgoto, em remoção de regidades, ella está em optimas condições para o aparecimento e propagações de epidemias. A maioria da população, imprevidente, lança aos quintais e pátios resíduos de cosinha, o lixo, as águas de lavagens que entram logo em fermentação, em putrefação, despendendo gazes pouco agradáveis e constituindo, por seu estado úmido e quente, um ambiente propício à propeação das moscas e mosquitos. Inda mais: os urubus, atrahidos pelo mau cheiro, investam a cidade, pousando sobre os telhados, sujando-os. Seria de bastante conveniência que a Camara destinasse uma carroça para remoção do lixo, e obrigasse os proprietários a depositá-lo em vasilhame apropriado dondo seria retirado para o vehículo collector”.⁴²

Novamente em uma prática que se tornava comum em Uberlândia a imprensa era quem fazia expor os males da cidade, captando as demandas da população e expondo-as em forma de denúncias ao grande público. Pressionados pela vontade popular, rapidamente é possível observar o seu legislativo, quase sempre em consonância com a classe empresarial, discutindo estratégias para solucionar os problemas. O legislativo, assim, será um importante local onde essas demandas ecoam, e seus parlamentares quase sempre serão os mesmos que presidem as entidades patronais. Os resultados produzidos pelo legislativo, neste ponto específico, devem ser pensados numa relação dialógica com os escritos jornalísticos, uma vez que este era o grande pautador da vida coletiva num

⁴² **A Tribuna**. Uberabinha: 14/09/1919, anno I, n. 2, p.03, apud CASTRO, Dorian Erich de. **Entre o saber médico popular e a alopatia: astúcias e resistências - Uberabinha - 1900/1930**. Monografia de Conclusão de Curso, Uberlândia, 2000. Universidade Federal de Uberlândia.

período em que a sociedade se comunicava exclusivamente pelas letras dos jornais. Sob esta perspectiva os Códigos de Posturas da cidade nos ajudam a clarear os sentidos práticos que os seus legisladores queriam dar à vida em comunidade em Uberlândia, principalmente do ponto de vista sanitário. O Código de Posturas Municipal de 1912 é sintomático neste sentido, em seus artigos podemos observar:

“Sempre que a higiene o reclamar, mediante edital, os proprietários são obrigados a caiar ou pintar decentemente os seus prédios, não só o exterior, como interiormente, assim como aliar as portas, janellas, forros, etc. Dentro do perímetro da cidade e povoações do município não é permitido conservar terrenos incultos, maltratados e servindo para depósito de lixo;⁴³

As varreduras, lixo do interior dos prédios e outros detrictos, depois de estabelecido o serviço de transporte, serão conservados em vasilhas especiaes e entregues às carroças de limpeza pública;⁴⁴

Os proprietários ou inquilinos que acumularem lixo, ou conservassem águas estagnadas ou imundícies que possam prejudicar a hygiene, no interior de suas habitações ou dependências, serão multados”.⁴⁵

Conforme salienta Claus Roxin⁴⁶, a lei, as normas, os códigos de posturas, quando positivadas por meio dos regulamentos jurídicos têm por objetivo produzir, através da coerção, as ações pretendidas e produzidas através das necessidades sociais. Sob o seu ponto de vista compreendemos que um corpo normativo, do qual o Código de Posturas é apenas mais uma espécie, é produto dessas relações sociais, políticas, morais, econômicas que visam produzir nos sujeitos determinadas condutas que sejam, (retomando Michel Foucault) condizentes com os objetivos da classe que as produz, quase sempre a classe dominante. Na esteira, portanto, dessa modernidade tão propalada e desejada pelas elites locais, tais condutas pretendidas pelo Código de Posturas vão de encontro a uma sociedade que se queria mais limpa, organizada, gerida através de autoridades específicas

⁴³ **Posturas Municipais 1912**, cap II Da Hygiene das Habitações, Art 351.

⁴⁴ Idem, art. 352.

⁴⁵ Idem, art. 353.

⁴⁶ ROXIN, Claus. **A proteção de bens jurídicos como função social do Direito Penal**. org. e trad. André Luis Callegari; Nereu José Giacomolli - 2ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009. p. 12-13

para isso. Autoridades que vão monitorar, utilizar-se das mais diversas coerções para fazer valer a efetividade da lei.

O Código de Posturas será a um só tempo o condutor das boas práticas geridas e produzidas sobre o saber médico-científico, e ao mesmo tempo trará em suas regulamentações um caráter proibitivo de velhas práticas que antes eram consideradas sábias porque populares, mas que agora perdem espaço pelo poder da cientificidade. Este é um dado da modernidade, conforme salientamos no primeiro capítulo. Ainda sobre essa questão, certas práticas serão proibidas e outras tantas criadas, só que com o crivo, autorização, regulamentação da boa prática baseada na ciência. O saber popular perde espaço para o saber científico. As mãos do curandeiro dão espaço para a destreza e pompa da tecnologia médica. Os terreiros de benção, as ervas, o homeopático, dão lugar aos hospitais, às santas casas, aos sábios dos bancos universitários. A Era dos doutores, da ciência, das vacinas receberá contornos curiosos no Brasil, num país que herdou diversas práticas indígenas, africanas. O Governo Vargas foi o grande catalizador dessas mudanças. Curiosamente os dois prefeitos farmacêuticos dessa época em Uberlândia são contemporâneos não só do governo varguista, mas também dos ideólogos de suas práticas sanitaristas. Falando a este respeito a partir do contraste existente entre o saber popular e a hegemonia do saber médico, Dorian Erich de Castro informa:

“No plano da política de saúde, podemos identificar este processo de centralização com a criação em 1930, do Ministério da Educação e Saúde, composto de dois departamentos nacionais, um de Educação e outro de Saúde, que passou a ser chamado, a partir de 1934, Departamento Nacional de Saúde e Assistência Médico Social. Como fruto da política nacional do governo Vargas, foi construído em Uberlândia, por iniciativa do governo estadual, o Hospital Regional que visava o atendimento médico a pessoas pobres e carentes, rompendo assim, com as práticas médico-assistencialistas que vigoravam anteriormente a esta política”.⁴⁷

Instituições estas que passarão a ser considerados como “braços do Estado” em prol da aplicação de regras práticas e comuns convencionadas por essa elite científica

⁴⁷ CASTRO, Dorian Erich de. **Entre o saber médico popular e a alopatia: astúcias e resistências - Uberabinha - 1900/1930**. Monografia de Conclusão de Curso, Uberlândia, 2000. Universidade Federal de Uberlândia. p.29

como boas práticas. “A ciência médica teve a missão de introjetar novos costumes à população”.⁴⁸ Certas proibições, agora enquistadas no saber científico admoestarão a população a determinados comportamentos que, conforme pretendemos demonstrar ao final deste trabalho, convergem para a produção de corpos dóceis. Quando pensamos tais questões do ponto de vista do capitalismo nascente em Uberlândia aduzimos que “a doença significava trabalhadores fracos, não produtivos, sendo necessário dotá-los de condições básicas de saúde”. Para isso, portanto, era “necessário introjetar preceitos higiênicos, uma vez que a condição de pobreza era concebida como um local plausível de disseminação de doenças, o que consistia em um problema social”.⁴⁹

Tal problema se agudiza quando pensamos a qual parcela da população estavam destinadas essas diversas práticas profiláticas. O foco principal desse corpo legislativo recaía sobre a sua massa trabalhadora que, conforme nos ensina Thompson, deveria ser uma classe subserviente, que não tivesse o mínimo possível de contestação ao *status quo*. Retomando Antônio Bosi quando fala das contradições sociais existentes na cidade e da visão destinada à massa trabalhadora negra, tais questões tornam-se ainda mais problemáticas. Segundo Bosi:

“De modo bem geral, a visão sobre os trabalhadores (e não só os negros) era, na verdade, bem negativa. Os jornais dão conta, desde pelo menos 1907, de inúmeras situações em que os trabalhadores são sempre acusados de um comportamento lascivo, displicente, ocioso e pouco ‘respeitável’, em relação à família uberabinhense. Contra tal realidade o Estado era chamado a intervir. A prisão dita correcional era comum na cidade e, sempre que possível, ganhava registro no jornal *A Tribuna*, por meio da coluna ‘Pela Polícia’”.⁵⁰

Denúncias tais como a que trouxemos anteriormente relativa aos casos de abortos e morte de duas crianças que possivelmente morreram em decorrência de procedimentos clandestinos. Assim, pode-se observar que para essas “práticas correcionais” determinados sujeitos já eram o foco de quem as criavam. Em sua maioria mulheres, negros, pobres, imigrantes que viviam nas franjas da sociedade uberlandense na época

⁴⁸ Idem. p. 37

⁴⁹ Idem. 40.

⁵⁰ BOSI, Antônio de Pádua. **Ex-escravos, imigrantes e Estado na constituição da classe trabalhadora de Uberabinha-MG (1888-1915)**. Revista de História Regional 9(1): 105-135, Verão 2004. p. 109-110.

que nos propomos analisar neste trabalho. Conforme demonstraremos no terceiro capítulo os rostos, a raça, a classe e o gênero desses sujeitos destinados às instâncias correccionais seguiam um padrão, o qual paulatinamente são esboçados, criados e produzidos pela imprensa no imaginário social e o corpo legislativo, por meio de seus códigos e normas, tratam de corporificar em instituições públicas criadas com o fim específico de segregar do espaço urbano e produzir corpos dóceis obedientes ao capital local.

Em Uberlândia, adentrando novamente na questão da especulação da terra tendo as instâncias públicas como seu catalizador, tais segregações e definição de sociabilidades é bastante visível na própria geografia da cidade. Há lugares só de pretos, lugares só de leprosos, lugares específicos para gente da vida, lugares de operários, lugares de comércio, lugares residenciais.

“É neste contexto que se pode abordar o ‘Patrimônio’ também como um espaço onde os pretos podiam estabelecer suas próprias sociabilidades, já que provavelmente o ‘espaço dos brancos’ para eles era somente ‘espaço’ para o trabalho. A formação de um bairro só de trabalhadores negros, reconhecido assim por volta de 1894 (ou, de acordo com a visão de Sebastião Messias, *‘mais de 90% eram pretos’*), pode ter sido uma estratégia de sobrevivência na sua nova condição de livres, experimentada em Uberabinha. É preciso, pois, pensar a questão da segregação dos trabalhadores negros em Uberabinha, menos como conceito e mais como uma parte importante do processo histórico de definição das relações sociais naquele momento”.⁵¹

Retomo novamente a questão da raça neste ponto específico em que trato das instituições públicas organizadas pela sociedade civil uberlandense porque é em torno delas que grande parte de seus objetivos seculares (quais sejam, o de segregar do espaço urbano aqueles considerados indesejáveis e anormais), vão sendo colocados em prática. Conforme pretendemos mostrar quando traçarmos um perfil geral dos sujeitos que foram alocados no Sanatório Espírita da cidade, veremos que em toda essa produção legislativa e institucional, um tipo muito específico de sujeitos era o foco dessas elites locais. Quando observamos na letra de suas leis, principalmente no Código de Posturas da cidade do ano

⁵¹ idem. p. 117.

de 1950, as práticas que se queria reprimir, fica bastante evidente quais sujeitos eram o foco principal do seu corpo normativo.

“É terminantemente proibido, em vias públicas dessa cidade:

Promover batuques, congados e outros divertimentos congêneres na cidade, vilas e povoados, sem licença das autoridades, não se compreendendo nesta vedação os bailes e reuniões familiares⁵²;

Nenhum indivíduo pode pedir esmolas sem apresentar o cartão de identidade fornecido gratuitamente, pela Prefeitura ou a autoridade policial, nos que forem inscritos em livro próprio da municipalidade ou da delegacia de polícia⁵³;

Conduzir para a cidade, vilas ou povoações do município doentes portadores de moléstias infectocontagiosas, salvo com as necessárias precauções de higiene e para fins de tratamento”.⁵⁴

As práticas já conhecidas e praticadas pela população negra ao menos do início da década de 1920, conforme podemos ver, consta na lista de eventos proibidos expressamente pelo Código de Posturas. De modo, a nosso ver, a organizar e gerir a ocorrência de eventos de tal natureza, parece o legislativo ter previsto, em lei, que tais práticas só poderiam ocorrer com o prévio conhecimento e autorização dos poderes policial e político da cidade. No entanto, na esfera privada, os bailes, geralmente produzidos pela elite burguesa da cidade, não sofriam qualquer tipo de restrição. Certamente, a este ponto, pela Igreja do Rosário em 1950 já estar dentro de área relativamente valorizada da cidade e na sua região central, não seria de bom tom se a população de fiéis (em sua maioria negros) dispusessem do espaço público quando o bem entendessem, livremente. Portanto, a regulação deste artigo em específico visa gerir, através de coerção, os corpos negros e suas práticas, seja em sua forma negativa quando expressamente o proíbe, seja em sua forma positiva, quando essa população, a fim de praticar a sua cultura, deve passar pela prévia autorização das forças policiais e administrativas.

⁵² Código de Posturas Municipal: 14/03/1950. Art 74. inc. XI.

⁵³ idem. art. 78.

⁵⁴ idem. art. 47. inc. VI

A questão da mendicância é outro ponto que parece preocupar a administração pública da cidade, principalmente a partir da década de 1950, quando é construído o terminal rodoviário e a cidade já goza de relativo reconhecimento regional. Aportavam por aqui centenas de despossuídos que iam pedir nas vias públicas da cidade. Rapidamente, conforme pretendemos mostrar no terceiro capítulo, as elites locais lançam mão de um intrincado projeto de assistência social que se constituía como se fosse uma rede de instituições vocacionadas a dar uma primeira assistência, captar aqueles mais aptos ao trabalho e mandar para a cidade mais próxima (quase sempre Araguari) os cidadãos que eram tidos como indesejados. A prática comum de fazer convergir para a administração pública todos estes sujeitos e demandas faziam com que naquela esfera administrativa se pudesse parametrizar, organizar e criar instituições próprias que dessem conta da imensa demanda que havia na cidade. Essa demanda, reiteramos, estava completamente de acordo com o ideário clássico de que devia se fazer por aqui uma “cidade jardim” que fosse livre de moléstias e misérias, sem sujeitos pedindo pelas calçadas e causando feiura na paisagem urbana. Cito a este respeito dois registros de jornais, que parecem preocupados com a questão da mendicância.

“Vêm atraídos ora pela possibilidade de cura, ora pela esperança de boas colheitas de esmolas. Se conseguem intimação, é mais um comensal a devorar receitas hospitalar, se não conseguem, é mais uma espécime de qualquer enfermidade repelente a mostrar nas vias públicas as suas chagas implorando as migalhas dos transeuntes;⁵⁵

E são mais de trezentos os mendigos que aqui vivem. E os uberlandenses talvez não saibam que o Dispensário lhes vinha prestando outro serviço inestimável, que não somente o de lhes evitar as portas os pedintes cobertos de chagas, mas o de encaminhar imediatamente para os leprosários, os doentes do mal de Ransen que aportavam a Uberlândia constantemente. Só na gestão do presidente Afrânio foram encaminhados vinte e cinco destes doentes, que aqui vinham esmolar”.⁵⁶

No caso uberlandense, porém, ao enfrentar estes problemas que toda cidade em vias de desenvolvimento certamente enfrenta, a sua elite que se quer burguesa produz um

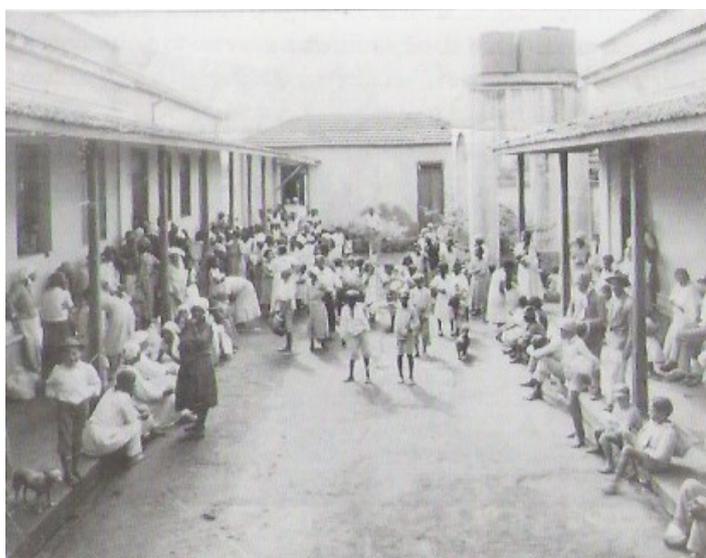
⁵⁵ **O problema da assistência:** O repórter; UDI: 15/05/59.

⁵⁶ **Despossuídos: O dispensário dos Pobres.** A Tribuna; UDI: 01/05/1944 Ano XIII.

robusto sistema de assistência social organizados e geridos por instituições filantrópicas, que terão incentivos e patrocínios da classe empresarial e da prefeitura ao mesmo tempo. Instituições como Albergue Ramatis, Dispensário dos Pobres, ICASU, Centro Espírita Fé, Esperança e Caridade detentor do Sanatório Espírita de Uberlândia, além de uma série de outras iniciativas geridas pela sociedade civil tornam-se verdadeiros braços da forças políticas e econômicas da cidade com o intuito de, dentre outras coisas, “evitar as portas os pedintes cobertos de chagas”. Nas imagens abaixo podemos ver algumas dessas iniciativas.



(IMAGEM III: Divulgação Espírita Cristã, s/d).



(IMAGEM IV: Dispensário dos Pobres, s/d)



(**IMAGEM V:** Dispensário dos pobres s/d).

As imagens listadas acima, quando compreendidas na esteira de tudo o que expomos aqui e principalmente do ponto fulcral de que, em contraste com a ideia de cidade progressista e sem máculas das desigualdades, a presença da pobreza e da miséria em Uberlândia foi questão de polícia, gerido pelas instâncias penais do município. E assim, podemos observar que por aqui houve a produção destes espaços institucionais destinados a alocar e esconder da visão social, estes sujeitos considerados anormais e indesejados. Sujeitos pobres e negros em sua maioria, sem pão e sem o mínimo de oportunidades de mudança de sua deplorável situação. Espalham-se, neste sentido, principalmente a partir da década de 1930 diversas instituições e iniciativas que capilarizam esse poder estatal, que são os seus braços ideológicos, seja do ponto de vista da segregação pura e simples, seja do ponto de vista da formulação de uma rede educacional voltada à produção destes corpos dóceis. A memória oficial da cidade, ao apartar de seus registros estes sujeitos na verdade produzem uma política do esquecimento. Esta memória oficial, ao ovacionar apenas e tão somente as ações destes grandes homens que fizeram de Uberlândia o que ela é hoje, esquecem estes inúmeros sujeitos que pagaram caro para que este discurso se fizesse efetivo.

Quando nos debruçamos sobre a memória oficial que trata deste tema da desigualdade e dos espaços de repressão em Uberlândia há um silêncio sepulcral. Durante a produção deste trabalho, quando ávido eu perguntava aos mais antigos sobre a

existência do Sanatório em questão, poucas pessoas sabiam ou tinham informações sobre. Há um silêncio sobre esses desmandos, muito embora algumas instituições produzidas neste período ainda sobrevivam. Uma delas, a ICASU, foi analisada por Maria Clara Tomaz Machado. Ao pensar sobre a conjuntura social uberlandense e os interesses por sua criação, Machado aponta a atuação clara da classe empresarial na constituição da “Instituição Cristã de Assistência Social de Uberlândia”. Para ela, a ACIUB (Associação Comercial e Industrial de Uberlândia) foi a grande produtora dessa instituição:

“Contrariando a própria memória construída pela ICASU e pela sociedade uberlandense a respeito de sua criação, na qual o Bispo D. Almir Marques aparece como o promotor desta iniciativa, apontamos a Associação Comercial e Industrial de Uberlândia como a autora, como idealizadora deste projeto político. Pressionada pelos problemas sociais, que se agravavam desde 1960 em Uberlândia, e que, conseqüentemente, resultaram, entre outras coisas, em reincidentes espetáculos de pobreza, a classe empresarial, preocupada em manter a imagem da ordem e progresso construídos ao longo do tempo, assume a elaboração de um plano de ação mais efetivo no combate à mendicância de rua”.⁵⁷

A ICASU passará a cumprir o papel de por meio do discurso da Assistência Social, assegurar a efetividade deste discurso da Uberlândia progressista. Suas ações se baseavam em empregar a mão de obra de menores de idade, recolher os salários da classe empresarial e repassá-los aos responsáveis pelos menos em valores muito abaixo do salário-mínimo. Por trás dessa prática travestida de filantropia a sociedade uberlandense acreditava que ela estava retirando da criminalidade estes inúmeros menores que faziam parte do quadro da instituição. Lastreada neste apoio social da cidade, a Instituição também recolhia donativos mensais. Seus colaboradores, normalmente donas de casa, tinham nos portões de suas casas uma placa que as identificavam como doadoras da importante iniciativa cristã. Os trabalhos destes jovens não respeitavam os preceitos básicos das leis trabalhistas produzidas anos antes de criação pelo Governo Vargas. Pelos depoimentos dos jovens, o trabalho era árduo, variando entre empacotar sacolinhas de

⁵⁷ MACHADO, Maria Clara Tomaz. **A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês: Assistência Social Institucionalizada - Uberlândia: 1965 a 1980**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 1990.

mercado para a sociedade burguesa local, até trabalhar no calçamento e manutenção da limpeza urbana.

Do ponto de vista da mendicância a ICASU dispunha de uma van que tinha por função recolher os mendigos dos locais públicos, catalogá-los e enviá-los para a sua cidade natal ou para a cidade mais próxima. Para as famílias de baixa renda, que eram visitadas mensalmente pelas assistentes sociais a fim de comprovar a situação de miséria, a Instituição os catalogava, tentava os inserir no mercado de trabalho e lhes destinava cestas básicas, de modo a evitar que as mulheres, geralmente mães solteiras, migrassem para a área central no intuito de pedir esmolas. Pelos depoimentos colhidos por Machado a presença da van e dos funcionários da ICASU era marcante nas áreas mais pobres. Quando estes sujeitos despossuídos ultrapassavam a área limite de seus bairros para a área central e fossem pegos em flagrante pedindo em vias públicas, a van da ICASU e seus funcionários exerciam poder de polícia, admoestando e levando de volta, com advertências, estes sujeitos para as áreas mais afastadas da cidade.

A ICASU, conforme assinala Machado, é criação clara da classe empresarial uberlandense. A sua preocupação recaía principalmente na questão da mendicância que, conforme denunciavam os jornais, deviam constar como algo insuportável para a classe burguesa local, ciosa de um discurso da “cidade jardim”. Segundo a autora mostra, os mesmos presidentes da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia revessavam na presidência da ICASU. A Prefeitura celebrava convênios com a Instituição, o que gerava imensos lucros para todos, menos para os menores:

“Na reunião com o Sr. Prefeito onde se tratou do assunto referente ao convênio COMBEM/Prefeitura/Icasu com relação aos menores que trabalham nas ruas, sendo motivo principal um aumento, elevando de Cr\$ 200.000 para Cr\$300.000 que foi aceito pelo Sr. Prefeito. [...] Sugeriu o Prefeito que se formasse na Icasu uma equipe para a colocação de pedras portuguesas aproveitando os meninos e que, devido a mão de obra ser relativamente barata poderá trazer benefícios para a Icasu. O Sr. Prefeito se comprometeu ainda a mandar um projeto para a Câmara Municipal, para que os meninos fiquem por tempo indeterminado, enquanto for conveniente às partes e que, por ser de serviço público, 10% seria revertido à Icasu e 30% a outras entidades assistenciais passando então, 30% da

arrecadação dos parquímetros para aquisição de passagens a pessoas que necessitam quando em passagem por nossa cidade.”⁵⁸

Os resultados práticos e econômicos da ICASU foram de extrema lucratividade para todos os atores envolvidos, com exceção de sua parte mais frágil: os jovens que “potencialmente” estavam sendo beneficiados por essas ações. À medida em que essas classes veem na atividade assistencial uma profícua ferramenta de lucratividade e organização do espaço urbano, mais as esferas pública e privada passam a patrocinar iniciativas que vão neste sentido. Em Ofício destinado à Câmara Municipal pela Associação Comercial e Industrial de Uberlândia se discute:

“Saudações Cordiais do nosso estimado amigo e colega da Diretoria snr. Primo Crosara, recebemos uma cópia do memorial enviado a essa Camara, solicitando a aprovação de uma *Taxa de Assistência Social*, destinada ao amparo das instituições sociais da cidade. Considerando o assunto em nossa reunião de hoje, resolveu-se por unanimidade levar ao vosso conhecimento que esta Associação ampara com toda simpatia a petição feita a essa Camara e teria muita satisfação em que o pedido fosse devidamente acolhido”.⁵⁹

Diante da demora por parte do legislativo em apreciar o pedido da classe empresarial, novamente é enviado ao ofício ao presidente da Casa, no qual a entidade, por unanimidade, reforça o seu caráter urgente e magnânimo da iniciativa.

“Como até agora nada foi resolvido a respeito, tomo a liberdade de voltar à presença dos ilustres membros dessa Câmara. [...] Essa taxa já existe, com denominação diferente. Poder-se-ia dar-lhe um nome próprio, proceder a sua arrecadação e distribuição aos Institutos de Caridade. Mas, se não for possível, então a Prefeitura poderia criar uma Subvenção de Assistência Social e fazer a distribuição equitativa com as respectivas entidades daqui. [...] Em vista do exposto e dada a alta finalidade do assunto, espero que os ilustres membros dessa Câmara, com verdadeiro desprendimento e patriotismo, estudem e solucionem

⁵⁸ ICASU, Uberlândia. **Ata da reunião ordinária da Instituição Cristã de Assistência Social de Uberlândia**, realizada em 13/02/1976.

⁵⁹ Processo nº. 65. 18/x/1948. Comissão de Comércio e Finanças. Ofício nº. 7944JR.

satisfatoriamente esse magno problema, dando assim o pão de cada dia, remédio e agasalho aos nossos pobres”.⁶⁰

Pelo tom de urgência dá para se imaginar a importância destinada ao projeto de lei e a extrema necessidade que a classe empresarial reputa a essa iniciativa. Por tudo o que expomos não dá para se acreditar que o que movia estes inúmeros empresários fosse apenas e tão somente um desejo cristão de ajudar o próximo. São variadas as instituições que aparecem como subvencionadas através do recolhimento dessa taxa especial. Ao analisá-los elenquei apenas aquelas instituições que se dedicam ao tema da assistência social mais detidamente do ponto de vista de nossa análise. Logo após a aprovação da Câmara se tem o início das cobranças do imposto municipal a toda a classe empresarial da cidade. Esse recolhimento subvencionou várias Instituições de caridade à época. Abaixo, elencamos algumas:

Tabela III: Subvenções públicas às instituições assistenciais

Subvenções⁶¹	
Santa Casa de Misericórdia	Cr\$ 73.000,00
Dispensário São Vicente de Paulo	Cr\$ 60.000,00
Sanatório Espirita de Uberlândia	Cr\$ 30.000,00
Instituto de Pequenas Missionárias de Maria Imaculada	Cr\$ 5.000,00
Sociedade Mineira de Proteção aos Lázaros e Defesa contra a Lepra	Cr\$ 3.000,00
Patronato de Menores	Cr\$ 30.000,00
Instituto dos Cegos do Brasil Central	Cr\$ 2.000,00
Preventório Triângulo Mineiro	Cr\$ 10.000,00

(Fonte: Atas da Câmara Municipal de Uberlândia)

⁶⁰ CROSARA, Primo. **Ofício à Camara Municipal de Uberlândia -MG** s/n. Uberlândia, 22 de novembro de 1949.

⁶¹ Projeto de Lei nº 168 concede subvenções. 1951.

De todas as instituições aqui elencadas podemos extrair, pensando a partir dos Códigos de Postura, dos discursos acerca da cidade e de tudo o que falamos até aqui, qual era a parcela da sociedade sobre a qual essas classes queriam fazer valer o seu projeto de poder. Hospitais, que de alguma forma dessem assistência médica aqueles menos favorecidos. Os dispensários, locais de acomodação daqueles que não tinham moradia e por isso assustavam a sociedade ordeira pedindo suas esmolas. Os leprosos, rapidamente exportados para as cidades vizinhas ou para áreas distantes da população geral. Os menores órfãos, sem qualquer tipo de assistência, prontos para receber a educação cristã, do trabalho e resignação, tão caros à cidade. Por fim o Sanatório Espírita de Uberlândia, a casa daqueles considerados loucos e alienados, sem voz, sem história, destinados ao espaço fechado de grades que os separassem dos cidadãos normais. O Sanatório que receberá, ao longo de seus 40 anos de existência, mais de mil internos. Seus rostos, trajetórias, sonhos e passados estão impressos em seus prontuários. Suas falas não aparecem, mas estão subscritas, inseridas, mudas através do olhar que os analisa. Vítimas, excesso, escória, mas também pessoas. Como dizia o poeta: “devemos seguir até o enjoo? Podemos, sem armas, revoltarmo-nos?”.

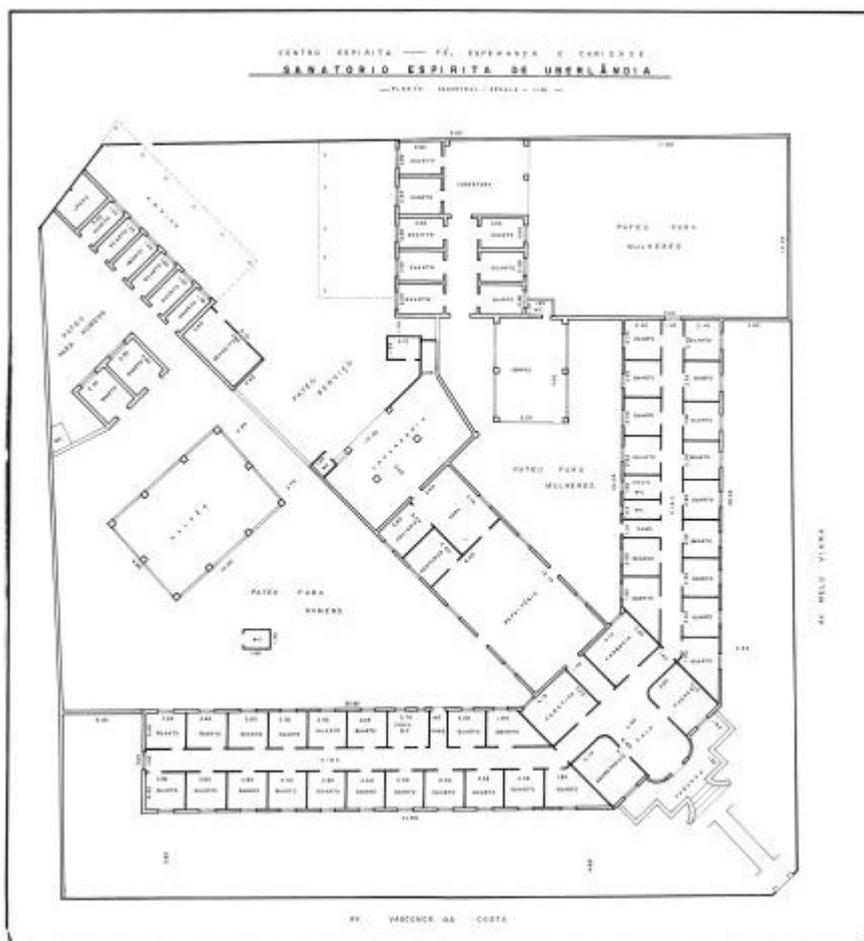
O Sanatório Espírita de Uberlândia: breves considerações sobre o histórico de criação, perfis e sujeitos enclausurados

O Sanatório Espírita de Uberlândia foi inaugurado no ano de 1942. Ele hoje fica situado às ruas Melo Viana esquina com a Avenida Vasconcelos Costa, bairro Martins região central de Uberlândia (MG). Embora desativado, chama-nos a atenção a sua localização geográfica. Naturalmente se pensa, por tudo o que foi exposto até o presente momento, que uma instituição asilar deveria ter sido construída longe do espaço urbano, para não se ter uma real dimensão da existência da loucura no meio social.

No entanto, quando observada a localização do Sanatório e comparando-a com outros importantes edifícios da cidade, nota-se que o prédio fica localizado a poucos metros de distância da ACIUB (Associação Comercial e Industrial de Uberlândia), da CDL (Câmara dos Dirigentes Lojistas), de grandes hospitais, (como a antiga Santa Casa de Misericórdia, hoje Hospital Santa Genoveva), sem falar que fica muito próxima da região central da cidade, desde sempre muito povoada e local de ampla visibilidade social.

A própria constituição física do edifício não tendia a esconder numa vista primeira os sujeitos que ali estavam. Seus muros eram baixos e voltados para a rua. A planta do

edifício, aos moldes do que ocorria em outras edificações Brasil afora, fora concebida visando remeter a um projeto de avião.



(IMAGEM V: Planta arquitetônica do Sanatório Espírita)

Como podemos observar, eram variados os quartos para a recepção dos internos. Inicialmente, no ponto específico da “cabine do avião”, ficava instalada a parte administrativa da instituição. Havia a secretaria, uma farmácia e uma dispensa para a guarda de uniformes dos funcionários e internos. Do lado esquerdo da Administração ficava a ala feminina. Do lado oposto a ala masculina. Seguindo ao centro do corredor principal, havia uma cantina, um depósito de alimentos ao fundo e outras celas mais ao fundo, na parte mais escondida do edifício.

Essa informação, aliás, é bastante relevante para a nossa análise e permite comportar uma interpretação que é fundamental para a real compreensão dos usos que se fazia do Sanatório. Alguns internos que passaram pela instituição, os mais ricos, chegavam e permaneciam no Sanatório por um longo período, até que a família os retirasse de lá ou jamais voltassem ao menos para visitá-los. Nas fichas destes internos

nota-se que a família deixava contribuições mensais para o custeio do interno no local. Estes mais abastados ficavam inseridos em quartos, visivelmente expostos aos visitantes e à sociedade em geral porque não ofereciam risco, afinal não tinham nenhuma debilidade mental e estavam ali porque foram abandonados pelos familiares.

De outro lado, também chegavam na instituição aqueles mais desfavorecidos, que eram encerrados nas celas a pedido de uma autoridade policial, ou porque, diante do vertiginoso crescimento da cidade, haviam chegado por aqui em busca de emprego. Estes sujeitos, pelo que se depreende de seus prontuários, ficavam por uma curta estadia no local, nada mais que 2 dias. Era apenas o tempo de reconhecerem seus crimes ou vadiagens pelo espaço urbano para serem libertos. Ou, quando se tratava de trabalhadores, era o tempo de as instituições sociais, como a ICASU, fornecerem emprego para os mesmos.

Ainda havia mais um grupo bastante considerável de sujeitos que ficavam encarcerados nas celas mais aos fundos da instituição. Se trata, em sua maioria, dos sujeitos negros, mulheres e homens que, por sua religião, pela sua desocupação frente ao trabalho, por seu histórico de criminalidade, e dentre outros mais variados motivos, ficaram de fato enclausurados nas celas para um tratamento correccional.

Sobre os perfis dos internos temos os seguintes dados:

Procedência por Estados	Quantidade
Minas Gerais	410
São Paulo	84
Goiás	175
Bahia	30
Outros	26

(Fonte: Prontuários do Sanatório Espírita de Uberlândia).

A procedência geográfica dos internos varia de diversas regiões do Brasil. Expusemos, no gráfico acima, até mesmo para fins didáticos, apenas os principais. Conforme exposto no capítulo anterior, nota-se que os Estados que fazem divisa com Minas Gerais e que têm uma proximidade com Uberlândia (por sua localização estratégica), são os que mais aparecem nos prontuários. Nota-se que o Sanatório Espírita, nesta questão, é uma demonstração clara do que ocorria em nível mais geral no município.

Houvera uma grande chegada de imigrantes neste espaço, a cidade experimentou um crescimento vertiginoso.

Gênero	Quantidade
Homens	306
Mulheres	419

(Fonte: Prontuários do Sanatório Espírita de Uberlândia)

As mulheres formavam grande parte da população interna do Sanatório. Por mais que na lida mais acurada com os prontuários apareça de forma expressa conflitos quanto ao gênero de alguns internos, optamos pela definição binária clássica de gênero, uma vez que tais classificações são criações mais contemporâneas, correndo-se um sério risco de anacronismo, ou seja, um risco de inculir uma classificação a algum sujeito que nem na sua época se via como o vemos e o classificamos atualmente.

Os homens faziam uma parte menor dos internos e, dentro das diversas razões de sua permanência na instituição a principal era a pouca aptidão ao trabalho, a tibieza, a falta de interesse pelo casamento, quando de maior idade, o abandono familiar etc. No caso das mulheres, as principais causas eram a histeria, a falta de asseio com as obrigações domésticas, a inaptidão para a maternidade, pouca apatia ao trabalho, desobediência à ordem familiar patriarcal.

Estado Civil	Quantidade
Casados	301
Solteiros	281
Viúvos	69
Sem Informação	74

(Fonte: Prontuários internos Sanatório Espírita de Uberlândia).

O status civil dos internos, como podemos observar, era composto em sua maioria por casados. Tal informação é importante porque na ampla maioria dos internos, no caso das mulheres, quem as levava para ficarem internadas na instituição eram os seus maridos que, a despeito dos pais e demais familiares, ocupavam um lugar de mando nas relações conjugais. São várias as internas que, por não se adaptarem à dinâmica patriarcal, após terem filhos, se viam em condição de apatia diante da vida ou de desobediência frente aos

seus maridos. Por esses motivos, dentre outros, é que as mulheres ficavam internadas na instituição asilar.

As mulheres solteiras e já em idade avançada, segundo se pode depreender dos prontuários disponíveis, enfrentavam graves preconceitos sociais. Ou eram consideradas libertinas por não terem contraído matrimônio, ou eram consideradas apenas aptas aos cuidados domésticos. As que fugiam deste padrão, manifestando minimamente um inconformismo com o status quo, eram encerradas no Sanatório.

O tempo de permanência na instituição foi outra variante catalogada em nossa lida com os prontuários, a fim de captar o mais detalhadamente possível essas permanências dividimos tais períodos por meses e anos.

Tempo de permanência	Quantidade
Até 6 meses	293
Até 1 ano	374
De 1 a 3 anos	36
De 3 a 5 anos	5
Nunca chegou a sair	2
Sem informação	15

(Fonte: Prontuários do Sanatório Espírita de Uberlândia).

Em todos os dados colhidos pertinentes à vida dos internos na instituição asilar podemos notar padrões e exceções, repetições que aparecem e são tidas como corriqueiras em todos esses anos de sua existência, e exceções que, cruzadas, nos fornecem bases de compreensão não só do funcionamento do Sanatório como também o de seu lugar na sociedade. Os excessos, vislumbrados aqui como aqueles que nunca saíram da instituição e daqueles que ficaram internados nela por um longo período são ricas fontes de análise neste sentido.

Ainda em continuidade ao processo de admissão, internação e saída desses pacientes, também colhemos dados referentes ao progresso dos internos, se foram curados ou não. Por se tratar de avaliações normalmente subjetivas, vistas pelo olhar dos funcionários (normalmente espíritas), que tendiam a obedecer a critérios sociais e financeiros, não se pode arguir fidedignamente pela cura ou melhora considerável dos pacientes. O conceito de cura, de melhora ou de piora estava sujeito ao crivo de funcionários que tinham princípios e práticas distintas do que consideraríamos hoje, do

ponto de vista psiquiátrico, como boa evolução do quadro clínico. Contudo, por mais que se trate de conceitos subjetivos avaliados com muitas condicionantes pelos funcionários, tais dados nos dão uma dimensão da mensuração que os diretores, funcionários e a própria sociedade tinham da importância daquela instituição para o corpo social.

Os números, neste sentido, indicam direções, caminhos possíveis, metas traçadas que, analisadas com outros dados já expostos acima, nos permite conjecturar algumas hipóteses acerca do desenvolvimento e manutenção do Sanatório. De modo geral os prontuários aparecem com os quadros clínicos avaliados entre: melhorados, curados, inalterado, retirados, falecidos, fugitivos, transferidos e aqueles que constam sem informação quanto à saída.

Motivo da saída	Quantidade
Melhorados	38
Curados	372
Inalterado	1
Retirados	32
Falecidos	9
Fuga	1
Transferidos	16
Sem informação	256

(Fonte: Prontuários do Sanatório Espírita de Uberlândia).

São muitos os dados e variadas as possibilidades de interpretação do referido tema. O Sanatório Espírita de Uberlândia funcionou na cidade de Uberlândia durante quase cinquenta anos. Durante todo o seu período de existência passaram por ali diversos tipos de sujeitos. O que nos chama a atenção foram os usos que se destinaram aos espaço.

Num primeiro momento, conforme acreditamos ter sido possível demonstrar, ele foi aclamado pela classe política e pela sociedade em geral, pela sua importância no sentido de tirar do convívio social aqueles sujeitos considerados desviantes. Vale lembrar que, pensando o Sanatório Espírita na esteira de um discurso civilizador de cidade, era mais que perfeito a sua atuação neste sentido de saneamento da zona urbana.

Por outro lado, é inegável que ele também teve um aspecto de assistência social. Ora, a quantidade imensa de pessoas que aportavam por aqui em busca de emprego e de melhores condições de vida não poderia ser comportada apenas pelas instituições de Estado. As instituições do terceiro setor, como o Sanatório em questão também ocupou relevado destaque, uma vez que abrigava inúmeros sujeitos em condição de rua e em busca de melhorias financeiro-econômicas.

Outrossim, quando pensado sob o viés religioso e os impactos que tais pressupostos causaram sobre os sujeitos que ali estiveram, vemos que ainda carece um estudo mais aprofundado sobre a Doutrina espírita e a acepção que ela faz do tema da loucura. É lícito, neste sentido, para os seus adeptos professarem a sua crença e a praticarem com toda a liberdade protegida pelo Estado. No entanto, pelo que pudemos depreender dos próprios prontuários produzidos pelos médiuns, em suas psicografias, o que se nota é que a reclusão na instituição era utilizada como uma tecnologia de conversão e permanência de sujeitos que não eram espíritas.

Como afirmamos, o trabalho comporta variados matizes e é nosso objetivo apenas fazer uma brevíssima explanação sobre o tema. Em pesquisas futuras acreditamos que seja possível e viável o real aprofundamento em todas essas questões. Em conclusão, partimos agora para uma breve consideração sobre temas caros ao Direito civil constitucional e a sua aplicação no tema em comento.

À guisa de conclusão: o Direito Civil constitucional e proteção dos mais vulneráveis. Considerações acerca da Dignidade da Pessoa Humana

Falar atualmente em Dignidade da Pessoa Humana tornou-se ação quase que obrigatória em todos os ramos no Direito. A sua previsão no art. 1º inc. III do Texto Constitucional Brasileiro já denota que o legislador pátrio esteve em consonância com uma tradição que já se faz praticamente universal.

No entanto, conforme diz Daniel Sarmento⁶², “o risco que se corre quando um princípio é em demasia utilizado é de ele se tornar um clichê, sem aplicabilidade prática no dia a dia” (grifos nossos). Como já foi abordado nas páginas iniciais do presente

⁶² SARMENTO. Daniel. “**Dignidade da pessoa humana: conteúdo, trajetórias e metodologia**”. 2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

trabalho, trata-se, a Dignidade da Pessoa Humana, o Estado Democrático de Direito e outras inovações legislativas contemporâneas, de uma guinada constitucional rumo à proteção dos mais vulneráveis frente aos desigualdades que a própria ordem capitalista gera naturalmente.

Ainda no caso do Brasil, país que têm desigualdades e dilemas históricos ainda a serem enfrentados, discutir a dignidade da pessoa humana torna-se uma tarefa ainda mais necessária e urgente. Uma nação que ainda sobrevive de gargalos, sejam eles do ponto de vista econômico, infraestrutural, cultural ou político. O tema da desigualdade e dos dilemas ocasionados por ela deve ser enfrentado em todas as suas esferas. O Direito, devemos crer, pode e deve ser uma ferramenta de modificação social, primando sempre pela promoção dos mais vulneráveis.

Ainda na seara da tradição brasileira e dos seus enormes desafios, faz-se necessário ouvir as belas ponderações de Sarmento quando o autor diz:

“Trata-se de uma desigualdade multidimensional, que não diz respeito apenas à elevada concentração de renda. Ela também se manifesta em outros planos, como na falta de acesso universal às liberdades básicas e aos serviços públicos, no tratamento dispensado às pessoas por agentes estatais e por particulares, na plutocratização da política e no desrespeito às diferenças identitárias. Essa desigualdade tem um forte componente econômico, mas também se deixa permear por outros critérios de diferenciação para a eleição de suas vítimas. Além dos pobres, ela também estigmatiza outros grupos vulneráveis, como os negros, os indígenas, as mulheres, os homossexuais, os presos e as pessoas com deficiência, cada um a seu modo”.⁶³

O objetivo central deste trabalho foi analisar como a sociedade brasileira, através de seus objetivos e também preconceitos, foi capaz de gerar grandes tragédias do ponto de vista humanitário. Pensando o Direito, conforme nos ensina Niklas Luhmann para além do Direito, inserido em sua análise outros dados, é que o presente trabalho vislumbrou ao menos demonstrar empiricamente quais os caminhos percorridos pela cidade de Uberlândia na construção de uma instituição para o tratamento da pessoa com deficiência mental.

⁶³ Idem. P. 60.

Na ampla esteira do constitucionalismo brasileiro, quando do édito da Carta Constitucional de 1988 se pensou criar instituições e inovações legislativas que consubstanciassem essa proteção efetiva da pessoa humana. Ainda há imensos entraves, atrasos e objetivos a serem superados, no entanto, quando pensamos pelo viés da Luta Antimanicomial, temos observado necessários avanços legislativos.

A Reforma Psiquiátrica proposta pelo ex-deputado federal Paulo Delgado em 2001 foi um dos primeiros passos para a consecução de uma proteção real e efetiva da população que sofre de transtornos mentais. Segundo disposto naquele ato normativo, passa-se a conceber a pessoa com deficiência como uma pessoa de fato, capaz e detentora de direitos perante a sociedade. O art. 2º Parágrafo Único do referido dispositivo legal é didático ao firmar as bases de afirmação da pessoa com transtornos mentais.

Art. 2º Nos atendimentos em saúde mental, de qualquer natureza, a pessoa e seus familiares ou responsáveis serão formalmente cientificados dos direitos enumerados no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. São direitos da pessoa portadora de transtorno mental:

I - ter acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde, consentâneo às suas necessidades;

II - ser tratada com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade;

III - ser protegida contra qualquer forma de abuso e exploração;

IV - ter garantia de sigilo nas informações prestadas;

V - ter direito à presença médica, em qualquer tempo, para esclarecer a necessidade ou não de sua hospitalização involuntária;

VI - ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis;

VII - receber o maior número de informações a respeito de sua doença e de seu tratamento;

VIII - ser tratada em ambiente terapêutico pelos meios menos invasivos possíveis;

IX - ser tratada, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental.

Os direitos da personalidade, inclusive reformulados pelo Código Civil de 2002, que está atendo aos mandamentos constitucionais, estiveram referenciados na edição do ato normativo citado acima. O Estado, as casas terapêuticas e nem tampouco a família da pessoa que sofre com transtornos mentais podem se valer dessa condição de necessidade e de perigo para tornar a pessoa com transtornos menos humana. A legislação brasileira, neste sentido, tenta promovê-las, dotando-as de capacidade para os atos da vida civil e protegendo-as de desmandos históricos como os mostrados ao longo deste trabalho.

Portanto, em conclusão, o que se pretendeu com o presente trabalho foi demonstrar que o Direito não só pode como também deve se abrir para outros campos do saber para assim possibilitar a compressão mais alargada dos dilemas sociais que ele visa normatizar. Tomar alguns estudos da História, da Sociologia, da Filosofia e outras áreas apenas contribui para a expansão dos domínios do Direito e a sua possibilidade de compreensão dos variados fatores que compõe a sociedade.

Através de uma leitura histórica da questão da loucura se tentou realizar uma crítica à essa noção fechada e limitadora do Direito, lançando uma breve análise sobre a constituição dos Estados Modernos. Pensando a Modernidade e suas implicações nas ciências jurídicas principalmente a partir do século XIX o que se pretendeu fazer foi uma crítica ao Direito em suas bases positivistas como um ente regulador da vida em sociedade.

Após a compreensão do Direito uma ferramenta regulamentadora do corpo social, e nem por isso não passível aos interesses de classe, é que se produziu um trabalho voltado mais detidamente à trajetória histórica da cidade de Uberlândia tendo as disposições legislativas como principal foco. Concebendo as instituições modernas como que geridas e gestadas através de instrumentos jurídicos é que se objetivou pensar o Sanatório Espírita de Uberlândia desse deste contexto geral.

Realizamos, neste sentido, um panorama geral sobre o Sanatório Espírita de Uberlândia com o intuito de realizar um estudo comparativo acerca de como era o tratamento dispensado às pessoas com transtornos mentais até os anos finais do século XX no Brasil e como tal tratamento foi modificado a partir de uma visão mais Constitucional e ciosa da proteção e garantia das liberdades individuais. Reafirmando o que foi dito na introdução, por ser um trabalho monográfico de graduação ao término ficam várias lacunas a ser preenchidas. Contudo, espero ter contribuído para o debate sobre a questão, que ainda comporta mais análises e abordagens para além do Direito ou da História. As lacunas ficaram, elas sempre ficarão.

Referências Bibliográficas

- ARANTES, Jerônimo. **Cidade dos sonhos meus: memória histórica de Uberlândia**. Uberlândia: EDUFU, 2003.
- ARBEX, Daniela. “**Holocausto brasileiro**”. - 1ª ed. - São Paulo: Geração Editorial, 2013.
- ALTHUSSER, Louis. “**Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**”. Editorial Presença, Martins Fontes. 3ª ed. 1975.
- BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**; tradução Paulo M. Oliveira - Ed. Especial - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. Coleção Clássicos para Todos.
- BOSI, Antônio de Pádua. **História e Historiografia da formação econômica de São Pedro de Uberabinha nos anos de 1912 a 1922**. Revista Tempo e Ciência, 2º semestre de 2005. Unioste.
- BOSI, Antônio de Pádua. **História e Historiografia da formação econômica de São Pedro de Uberabinha nos anos de 1912 a 1922**. Revista Tempo e Ciência, 2º semestre de 2005. Unioste.
- BOSI, Antônio de Pádua. **Ex-escravos, imigrantes e Estado na constituição da classe trabalhadora de Uberabinha-MG (1888-1915)**. Revista de História Regional 9(1): 105-135, Verão 2004.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos**. 3ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CAPRI, Roberto. **O município de Uberabinha - Minas**. São Paulo, Capri, Andrade & C. editores, 1916.
- CASTRO, Dorian Erich de. **Entre o saber médico popular e a alopatia: astúcias e resistências - Uberabinha - 1900/1930**. Monografia de Conclusão de Curso, Uberlândia, 2000. Universidade Federal de Uberlândia.
- DANTAS, Sandra Mara. **A fabricação do urbano: Civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888 - 1929)**. Tese de Doutorado, UNESP, Franca, 2009.

DESCARTES, René. “**Discurso do Método**”. Tradução Maria Emantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996. (Clássicos).

ELIAS, Norbert. “**O processo civilizador: Uma História dos Costumes**”. Tradução Ruy Jungman; revisão e apresentação: Renato Janine Ribeiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1994. vol. 1.

ELIAS, Norbert. “**O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização**”. Tradução Ruy Jungman; revisão e apresentação: Renato Janine Ribeiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1994. vol. 2.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Título original: “Peau noire, masques blancs”; traduzido por Sebastião Nascimento. São Paulo: Ubu Editora, 2020. P. 31.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. Tradução José Teixeira Coelho Neto; revisão da tradução Newton Cunha; apresentação Vladimir Safatle - 12ª ed. - São Paulo: Perspectiva; 2019. (Coleção Estudos, coordenação J. Guinsburg.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais, supervisão final do texto Léa Porto de Abreu Novaes. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A sociedade punitiva**. Curso no Collège de France (1972-1973); Tradução Ivone C. Benedetti - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015. (Coleção obras de Michel Foucault).

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano**. 15ª ed. rev. - São Paulo: Global, 2004.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. 4ª ed. Rio de Janeiro, 1993. Ed. Guanabara. p. 11.

GOFFMAN, Erving. “**Manicômios, Prisões e Conventos**”. 1ª ed. Ed. Perspectiva; São Paulo, 1978.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. *La Mémoire Collective* (2ª ed.) Presses Universitaires de France. Paris, França, 1968. Ed. Revista dos Tribunais LTDA, São Paulo, SP, 1978.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **“Princípios da filosofia do Direito”**. G.W.F. Tradução: Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Clássicos).

HIRSCH, Joachim. **Teoria materialista do Estado: processos de transformação do sistema capitalista de Estado**. Tradução de Luciano Cavini Martonano. Rio de Janeiro; Revan, 2010. p. 20.

HOBBSAWM, Eric. **“A Era dos Impérios: 1875-1914”**. Tradução: Sieni Maria Campos; Yolanda Steidel de Toledo. Revisão técnica: Maria Célia Paoli - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 27ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 116.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução Wilma Patrici Maas; Carlos Almeida Pereira: revisão da tradução César Benjamin. - Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante. **“Uberlândia: histórias por entre trilhas, trilhos e outros caminhos: memórias, construção e apropriação dos espaços”**. Uberlândia - EDUFU, 2010.

LUHMANN, Niklas. **“Poder”** Trad. Martine Creusot de Rezende Martins. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1985. Coleção Pensamento Político.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. **A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês: Assistência Social Institucionalizada - Uberlândia: 1965 a 1980**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 1990.

MIGNOLO, Walter. **“Colonialidade: o lado mais escuro da Modernidade”**. Tradução: Marco de Oliveira. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.32 nº 94.

NASCIMENTO, Dorivaldo Alves do. **“Histórias de Uberlândia”**. 2ª ed. EDUFU, Uberlândia, 2000.

NEVES, Marcelo. **“Constituição e direito na modernidade periférica: uma abordagem teórica e uma interpretação do caso brasileiro”**. Trad. Antônio Luz Costa. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018 – Biblioteca Jurídica WMF.

OLIVEIRA, Júlio César de. **Ontem ao luar: o cotidiano boêmio da cidade de Uberlândia (MG) nas décadas de 1940 a 1960**. Uberlândia: EDUFU, 2012.

REDUCINO, Marileusa de Oliveira. **A Praça Tubal Vilela e seu entorno: efêmeras criações urbanas**. In. BRITO, Diogo de Souza; WARPECHOWSKI, Eduardo Moraes (orgs). **Uberlândia Revisitada: memória, cultura e sociedade**.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROXIN, Claus. **A proteção de bens jurídicos como função social do Direito Penal**. org. e trad. André Luis Callegari; Nereu José Giacomolli - 2ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009.

SANTANA, Ana Flávia Ferreira de Almeida; CHIANCA, Tânia Couto Machado; CARDOSO, Clareci Silva. “Direito e saúde mental: percurso histórico com vistas à superação da exclusão”. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 17, n.1, p. 16-31, abr. 2011.

SARMENTO, Daniel. **“Dignidade da pessoa humana: conteúdo, trajetórias e metodologia”**. 2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

SILVA, Antônio Pereira da. **Antônio Pereira da Silva conta As Histórias de Uberlândia**. vol 1. ED. Paulo Antônio, s/a. Uberlândia (MG).

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. Rev. técnica e tradução de Renato Janine Ribeiro - Sao Paulo: Companhia das Letras, 1996.

PEZZUTI, Cônego Pedro. **Município de Uberabinha: história, administração, finanças, economia**. Uberabinha, Livraria Kosmos, 1922.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2. n. 3, 1989.

TEIXEIRA, Tito. **Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central**. Ed. Uberlândia Gráfica LTDA, Uberlândia, 1970. 1º volume; 1ª ed.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**. Revisão técnica: Antônio Negro, Cristina Meneguelio, Paulo Fontes. São Paulo - Companhia das Letras, 1998.

ATAS

São Pedro de Uberabinha, 18 de abril de 1888. Assinam o documento o Padre João da Cruz Dantas e Barboza; Antonio Alves dos Santos; João Luiz da Silva; Manoel Alves dos Santos; José Teóphilo Carneiro.

ICASU, Uberlândia. **Ata da reunião ordinária da Instituição Cristã de Assistência Social de Uberlândia**, realizada em 13/02/1976.

Processo nº. 65. 18/x/1948. Comissão de Comércio e Finanças. Ofício nº. 7944JR.

CROSARA, Primo. **Ofício à Camara Municipal de Uberlândia -MG s/n**. Uberlândia, 22 de novembro de 1949.

Projeto de Lei nº 168 concede subvenções. 1951.

Leis:

Posturas Municipais 1912, cap II Da Hygiene das Habitações, Art 351.

Código de Posturas Municipal: 14/03/1950. Art 74. inc. XI

JORNAIS:

MOGIANA fará mesmo uma nova estação? *O Estado de Goyaz*, Uberlândia, ano 6, n.290, 22 jun. 1938. apud. LOPES, 2010.

A Tribuna. Uberabinha: 14/09/1919, anno I, n. 2, p.03, apud CASTRO, Dorian Erich de. **Entre o saber médico popular e a alopatia: astúcias e resistências - Uberabinha - 1900/1930**. Monografia de Conclusão de Curso, Uberlândia, 2000. Universidade Federal de Uberlândia.

O problema da assistência: O repórter; UDI: 15/05/59.

Despossuídos: O dispensário dos Pobres. A Tribuna; UDI: 01/05/1944 Ano XIII.